

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**FOME ZERO: BREVE ANÁLISE, SUAS PROPOSTAS E IMPLICAÇÕES**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção  
de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por: Marcia Cristina Martins dos Santos

Orientador: Prof. Armando de Melo Lisboa

Florianópolis, Novembro/2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONOMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 à aluna Marcia Cristina Martins dos Santos na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Armando de Melo Lisboa

---

Prof. Alberto da Silva Jones

Membro

---

Prof<sup>a</sup>. Carmen R. O. G. Gelinski

Membro

A  
Deus,  
Meus pais, irmãos e sobrinhos,  
A família Nutrifrios.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	i	
<b>SUMÁRIO</b>	ii	
<b>INTRODUÇÃO</b>	1	
<b>1. O PROBLEMA E SUA COMPLEXIDADE</b>		1
1.1 OBJETIVOS	4	
1.1.1 OBJETIVO GERAL	4	
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4	
1.2 METODOLOGIA	5	
<b>2.REFERENCIAL TEÓRICO</b>		6
2.1 A ALIMENTAÇÃO E A ECONOMIA	9	
2.2 O SURGIMENTO DE ALTERNATIVAS ALIMENTARES		16
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO		18
2.4 RACIONAMENTO ALIMENTAR NO BRASIL		19
2.5 REFORMA AGRÁRIA	22	
2.6 SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL		24
<b>3. PROJETO FOME ZERO</b>		26
3.1 ASPECTOS GERAIS	26	
3.2 POLÍTICAS ESTRUTURAIS	33	
3.3 POLÍTICAS ESPECÍFICAS	35	
3.4 POLÍTICAS LOCAIS	39	
3.5 Consea	40	
3.6 PROGRAMA CARTÃO ALIMENTAÇÃO	41	
3.7 BOLSA FAMÍLIA	42	
3.8 Mutirão Contra a Fome	43	
3.9 Fome Zero em Santa Catarina	47	
3.10 Projeto Mesa Brasil	49	
3.11 Críticas ao Programa Fome Zero	57	
<b>4. CONCLUSÃO</b>	59	
<b>5. BIBLIOGRAFIA</b>	61	
<b>ANEXO</b>	iii	

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo estudar o projeto do Governo Federal *Fome Zero*, seus objetivos e conjunto de ações. Enfoca a questão da fome no país sob três dimensões fundamentais: insuficiência de demanda, da incompatibilidade dos preços e da população excluída do mercado de alimentos. Mostra que o projeto Fome Zero não é somente doação de alimentos, que ele tem como objetivo atacar as causas da fome não sua consequência. Mostra também os órgãos que fazem parte do projeto, suas funções e sua composição. Estuda o trabalho feito pelo SESC, Mesa Brasil, como é sua ação e como funciona. Este trabalho não enfoca somente os pontos positivos do programa, mostra algumas críticas sofridas pelo programa.

## INTRODUÇÃO

### 1. O PROBLEMA E SUA COMPLEXIDADE

Com a urbanização acelerada e a conseqüente dificuldade de criar novos empregos em número suficiente, a pobreza se impõe.

Diz-se que a maior riqueza de um país é seu povo, bem então o tamanho desta riqueza vai depender da capacidade deste povo. Para obter esta capacidade o povo precisa estar bem alimentado e instruído.

A situação de pobreza se apresenta de modo mais complexo, não necessariamente expresso pelo estado de fome. Por outro lado, a recorrência da fome em uma sociedade com níveis mais elevados de bem estar, torna-se um problema imutável eticamente, caracterizando-se como um anacronismo social.

A fome é a escassez que, em geral, afeta uma ampla extensão de um território e um grande número de pessoas. No mundo cerca de 100 milhões de pessoas estão sem teto, 1,1 bilhão de pessoas vivem na pobreza, 630 milhões são extremamente pobres. São 1 bilhão de pessoas passando fome. As causas são as mais diversas: naturais (clima, seca, inundações, pragas); humanas (guerras, instabilidade política, concentração da renda e da terra no mundo subdesenvolvido, relação entre dívida externa do terceiro mundo e a deteriorização dos níveis alimentares).

As causas da fome crônica e desnutrição são pobreza, distribuição ineficiente de alimentos, reforma agrária muito precária, e deficiente, crescimento desproporcional da população em relação à capacidade de sustentação.

Alterar essa situação significa alterar a vida da sociedade, o que pode não ser desejável, pois iria contrariar os interesses e os privilégios em que se assentam os grupos dominantes. É mais cômodo e mais seguro responsabilizar o crescimento

populacional, a preguiça do pobre ou ainda as adversidades do meio natural como causas da miséria e da fome no terceiro mundo.

A sistemática agressão humana à natureza é decorrência direta desse desligamento voluntário, que vem já de milênios. Poderia ainda causar surpresa que agora, no ajuste final de contas, em várias regiões da terra, as colheitas sejam destruídas por secas, enchentes. Que as moradias desapareçam sob furações, tempestades de granizo, desmoronamentos e erupções vulcânicas. Miséria e fome, em vários graus, aumentaram em toda a terra.

A fome não é um produto da superpopulação nem dos fenômenos citados acima, já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós guerra. Apenas esta fome que dizimava as populações do terceiro mundo era escamoteada, era abafada, era escondida.

Existem duas maneiras de morrer de fome, não comer nada ou comer de maneira inadequada e entrar em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte.

No Brasil a fome não existe por falta de alimentos, falta é renda para adquiri-los de forma digna e permanente, em quantidade e qualidade adequadas. Como a renda no país está concentrada, uma parcela da população não tem acesso a quantidade mínima de alimentos para garantir sobrevivência digna.

Muitos brasileiros sofrem de fome, por não ter acesso a uma alimentação suficiente, um percentual pequeno dos que passam fome são os atingidos por fome aguda causado por secas. Mas se esta população de famintos, tiverem renda suficiente, aumentarão o consumo e, portanto, a produção de alimentos. Aumentando o consumo criam-se empregos.

Várias organizações internacionais tentam há tempos minorar o problema da fome e da miséria através de campanhas. No Brasil em 1993, surgiu a *Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida*, lançada pelo sociólogo Herbert de Souza, essa campanha tomou forma depois que uma enquêta do Instituto de Pesquisas Econômica (IPEA), apresentou um estudo indicando que 9,2 milhões de famílias passavam fome no Brasil. De acordo com dados do Banco Mundial o Brasil é considerado um país de renda média alta.

A produção para o mercado externo, vivendo à entrada de divisas e do pagamento de dívida externa, vem crescendo, enquanto a diversidade da produção de alimentos, dirigida ao mercado interno tem diminuído, ficando numa posição secundária.

Milhões de pessoas vivem em favelas na periferia das grandes cidades do país. Grande parte dos favelados deixou terra e sua propriedade ou locais onde plantavam sua produção agrícola. Nas grandes cidades, essas pessoas vão exercer funções mal remuneradas, quando as conseguem. Todos membros da família trabalham, inclusive crianças e alimentam-se mal. Esse é o reflexo das migrações internas, um problema gerado dentro das próprias nações.

O Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, ocupando metade da área do continente sul-americano. Há cerca de 20 anos aumentaram o fornecimento de energia elétrica e o número de estradas pavimentadas, além de um enorme crescimento industrial. Nada disso, entretanto, serviu para combater a pobreza, a má nutrição e as doenças endêmicas.

Para tentar combater a fome no Brasil, em meados do ano 2000, por iniciativa do Instituto Cidadania (entidade independente e apartidária fundada por Lula há dez anos), reuniu-se uma equipe de cinquenta pesquisadores, para elaborar o programa



Fome Zero do governo federal. A pesquisa foi financiada com recursos da fundação Djalma Guimarães, entidade vinculada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), do grupo Moreira Salles.

O Fome Zero é um programa criado para combater a fome e suas causas estruturais, que geram a exclusão social, ou seja, para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros.

O programa tem três frentes: a) um conjunto de políticas públicas; b) a construção participativa de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional; c) um grande mutirão contra a fome. O programa envolve as três esferas de governo federal, estadual e municipal.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 OBJETIVO GERAL**

Avaliar os aspectos sócios – econômico do programa de governo Fome Zero, enfocando suas conseqüências sobre a população necessitada.

### **1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Analisar os determinantes de combate à fome.

Analisar o impacto do programa na economia das regiões, onde foi implantado.

Estudar a implantação do projeto Colheita Urbana, um dos muitos projetos que fazem parte do Programa Fome Zero.

## 1.2 METODOLOGIA

Com este trabalho procurarei mostrar as deficiências na alimentação da qual nossa população vem sendo vítima.

Através da leitura de alguns autores procurarei mostrar a visão que eles possuem sobre a fome e a desnutrição. E sua opinião quanto a que planos de ação podem e devem ser implantados.

Procurarei mostrar as políticas de combate à fome que já foram implantados em nosso país. E quais as políticas que o Programa Fome Zero pretende implantar para diminuir o número de famintos em nosso país.

Mostrarei através de tabelas a proporção de pobres no território brasileiro e como esta à distribuição da renda nas várias regiões do país.

Farei um relato breve sobre Josué de Castro, o primeiro brasileiro a mapear a fome e a escrever sobre este grave problema que atinge várias populações no mundo.

Procurarei falar sobre o sistema de crédito que é disponibilizado para a população rural, principalmente os mais pobres.

Escreverei sobre os órgãos que foram criados para ajudar na implantação e desenvolvimento das ações do programa Fome Zero do governo federal.

Através da pesquisa de campo procurarei verificar como está a atuação do programa Fome Zero no Estado de Santa Catarina.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Como a concentração de renda é uma constante em todo o mundo, cada vez mais pessoas descem ao nível de absoluta pobreza, não dispondo mais dos meios para adquirir os alimentos, enquanto que os que já eram miseráveis permanecem nessa situação. Essa segundo os não-malthusianos é a verdadeira causa da fome e da miséria no mundo.

Em 1798, o economista inglês, Thomaz Malthus, publicou uma obra intitulada Ensaio Sobre o Princípio da População, onde afirmava que a produção de alimentos no mundo crescia em progressão aritmética, enquanto que a população crescia em progressão geométrica. Malthus, portanto, estava certo sobre a velocidade do crescimento da população mundial. Seu erro foi considerar essa taxa de crescimento como um parâmetro normal da natureza, isto é, apenas considerando que vivemos numa economia natural.

A sociedade brasileira não pode e não deve continuar com os olhos fechados em relação à fome e a miséria que afetam a população. Na sociedade formam-se grupos de pessoas que já abriram seus olhos para este problema, e suas experiências vão se tornando conhecidas e se espalhando por várias regiões do país. Muitas das ações são tomadas baseadas no aspecto quantitativo da alimentação.

No livro Raízes da Fome, Maria Cecília de Souza Minayo (1985) coloca que a fome é o câncer que corrói a humanidade, e está plantada em todas as regiões do mundo onde existe enormes diferenças na distribuição das riquezas. A fome é uma realidade que deve ser levada a sério, muitas vezes é ignorada diante das

mudanças sociais. Este fato leva milhares de pessoas ao sofrimento e a morte. Este sofrimento leva as próprias vítimas a sentirem-se responsáveis pela sua situação.

Nos anos 50 a fome concentrava-se nas áreas rurais e em regiões mais atrasadas do país. A partir desta época o Brasil se industrializou, urbanizou suas metrópoles, porém uma coisa não mudou, o problema da fome e da miséria que abala parte de seu povo.

No Brasil a consciência pública foi moldada pelo mito do progresso econômico, acreditava-se e acredita-se ainda hoje que o crescimento e modernização econômicos haveriam de trazer a solução para a miséria nacional. Observando este fato não basta o mercado criar empregos, gerando renda e dessa forma beneficiando a população pelo crescimento econômico que a pobreza passaria a ser vista como um resíduo de atraso.

Para amenizar a fome e a miséria, os governos criaram programas de distribuição de leite, alimentos, cestas básicas e subsídios para as entidades filantrópicas e muitas outras que dão forma estatal a prática da caridade privada. Neste empreendimento o Estado foi bem sucedido, criou um lugar para a miséria na sociedade brasileira, um lugar onde a justiça se transforma em caridade, e os direitos em tutela e o cidadão se transforma em carente.

Hoje, busca-se colocar a pobreza sobre a ótica da cidadania, o que exige criatividade, iniciativa e inovação política. O enfoque social consiste na combinação da distribuição de alimentos, com o desenvolvimento da consciência da cidadania entre as populações. Isso é um trabalho de educação e mobilização política.

A fome, a desnutrição e o analfabetismo constituem-se, portanto, negação do direito de acesso à riqueza socialmente produzida pelas sociedades humanas, seja

sob a forma de alimento, seja sob a forma de informação, conhecimentos científicos, cultural e histórico.

A fome, a desnutrição e o analfabetismo são facetas de uma vida de miséria imposta a uma parcela significativa da população brasileira pelo processo histórico de exploração econômica imposto.

Segundo Valente (2002), a sociedade brasileira convive atualmente com a existência das doenças associadas à pobreza e à exclusão, tais como a fome e a desnutrição, e aquelas associadas a hábitos alimentares inadequados que afetam gravemente as populações pobres, mas que também atingem duramente todas as outras parcelas da sociedade.

A desinformação e a falta de entendimento do que seria comer bem tem criado hábitos alimentares indesejáveis, com conseqüências visíveis na saúde. Conceitos já ultrapassados que vinculam a boa nutrição à ingestão de calorias e proteínas levaram muita gente a crer que comer adequadamente significa abusar de alimentos fortes, como a carne, ovos, leite e seus derivados. Sempre devidamente acompanhados de muita massa, açúcar e gordura.

Um fato curioso é que nos países subdesenvolvidos a estatística conta óbitos por falta de alimentos, já nos países ditos desenvolvidos os óbitos estão ligados às doenças causadas pelo excesso de alimentação. Má alimentação causada pelo consumo sem controle de gorduras e carboidratos.

Abramovay (1985), coloca que o mundo hoje comporta mais famintos que em qualquer momento de sua história. O que certamente nem todos sabem é que esse recorde de fome é simultâneo às maiores colheitas e estoques jamais antes alcançados. Aqui está, sem dúvida, uma das maiores contradições do nosso tempo: a miséria na abundância.

Chonchol (1985), escreve que existem vários elementos que determinam o consumo de alimentos. Os elementos seriam: a) salário médio do país; b) como é dividido este salário entre os distintos setores da sociedade; c) a cultura alimentar da população, ou seja, das diversas regiões; d) a ação das firmas multinacionais e agroindustriais, que através de sua influência modificam os hábitos alimentares da população; e) a relação entre os salários e os preços dos alimentos, f) as expectativas de consumo.

## **2.1 A ALIMENTAÇÃO E A ECONOMIA.**

Há muito tempo comer deixou de ser apenas um meio de nutrição, tornou-se mais um elemento da economia de mercado.

Segundo Salama (1999), a longa crise inflacionária dos anos 80 está na origem do aumento das desigualdades e da pobreza. A abertura da economia e a liberalização dos mercados causaram evoluções contrastantes: pobreza e desigualdades diminuem, estabilizam-se e depois tendem a crescer, elas continuam significativas no norte e no nordeste do Brasil, mas de 1996 aumentam sensivelmente em certas regiões mais industrializadas como São Paulo por exemplo, como observamos na tabela nº 01.

Tabela 01

**Número e proporção de pobres no Brasil, segundo Regiões e Estados.**

Regiões e Estados	Proporção (%)							% de pobres (total do país)
	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1999	
Norte Urbano	47,46	38,49	39,57	39,61	40,53	39,95	4,98	2.711
Nordeste	63,96	52,05	53,13	52,86	50,35	50,9	42,03	22.880
Minas G./E.Santo	38,54	27,82	28,21	27,5	28,76	28,62	10,43	5.676
Rio Janeiro	43,52	28,5	29,16	28,86	28,55	27,88	6,81	3.707
São Paulo	34,16	22,01	24,17	25,21	25,11	29,35	18,77	10.217
Sul	24,49	17,85	17,59	18,11	17,76	19,71	8,72	4.749
Centro-Oeste	47,11	37,44	37,71	34,62	34,56	37,43	7,61	4.145
Metropolitano	45,12	31,16	32,65	33,18	33,74	36,88	32,12	17.484
Urbano	40,35	31,2	31,46	31,3	30,14	31,78	45,95	25.016
Rural	51,56	41,51	43,42	42,84	41,61	40,26	21,93	11.940
BRASIL	44,09	33,23	34,13	34,09	33,43	34,95	100	54.440

Fonte: S. Rocha (1999): IBGE/PNAD – Tabulações Especiais.

Nota: Linhas de Pobreza baseadas na POF

Fonte: Salama (1999) O Tamanho da Pobreza

Essas desigualdades baixam ligeiramente no início dos anos 90. O movimento se confirma na final da década com a retomada do crescimento. As desigualdades diminuem ligeiramente nos últimos anos da década de 90, mas a pobreza aumenta.

A redistribuição da renda poderia contrariar o livre funcionamento dos mercados e reabrir a discussão sobre as evoluções positivas, legitimadas num primeiro momento pelos sucessos dos planos de estabilização. Os períodos de recessão, de modo geral acentuam as desigualdades que não são corrigidas rapidamente pelo crescimento.

Segundo Medeiros (2003), o crescimento que aumenta o nível do produto da economia sem, no entanto, modificar sua distribuição, pode ser chamado de crescimento puro ou crescimento proporcionalmente distribuído para se diferenciar

do crescimento que modifica o nível de desigualdade ao beneficiar de modo mais intenso alguns extratos da população.

De acordo com estudo de Medeiros (2003), se o Brasil reproduzisse o comportamento das taxas de crescimento observado nas duas últimas décadas (1982 – 2002) e distribuísse o aumento proporcional do produto de maneira igualitária entre a população, depois de vinte anos a proporção de pobres na população seria ainda de 20% do total. Mesmo que o país fosse capaz de manter, por duas décadas, taxas estáveis de crescimento de 40% ao ano, isto é, mesmo se crescesse mais do que o dobro da velocidade das últimas décadas e duplicasse o PIB atual, a pobreza incidiria ainda sobre 12% da população.

*Tabela 02*

**Projeção do efeito de crescimento igualmente distribuído sobre proporção de pobres na população no Brasil**

Anos	Crescimento Anual			
	Padrão 1982-2002	2%	4%	6%
0	33%	33%	33%	33%
5	26%	30%	26%	23%
10	26%	26%	21%	16%
15	22%	23%	16%	11%
20	20%	21%	12%	7%
Crescimento em 20 anos	51%	49%	119%	221%

Fonte: Rendimentos – IBGE – Pnad 1997-1999, microdados: crescimento do PIB – Ipea Ipeadata.

Nota: Projeção a partir da proporção de pobres observada em 1997-1999 para uma linha de pobreza de R\$80,97, valores de setembro de 1999. "Padrão 1982-2002" corresponde à reprodução das taxas de crescimento do PIB brasileiro no período "Crescimento em 20 anos" corresponde ao crescimento total do PIB acumulado em um período de vinte anos.

Fonte: Medeiros (2003), Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil.



Em face da impossibilidade de se reduzir expressamente a pobreza mediante alterações no volume da população, a única alternativa é modificar a distribuição dos recursos existentes entre a população.

A política de incentivo ao cultivo de culturas para a exportação aumenta o desinteresse no cultivo da agricultura para o consumo da população mais carente. Aumentando a subnutrição e a fome da camada da população que dela dependem para sua subsistência.

Na década de 1980 Furtado destaca a via igualitária para o combate à pobreza:

*(...) o Brasil não é a rigor um país pobre, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos seus próprios meios (...) para eliminar o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação da renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda per capita comparável à nossa (...) (1981).*

Segundo Silva (1985), no Brasil falta vontade política para resolver o problema alimentar da população e para financiar pesquisas que revelam a situação. Muitos projetos tem início mas não é dado continuidade por falta de recursos.

Na tabela nº 03, o período de estabilização parece confirmar, que o fim das inflações muito altas, o crescimento e a liberação dos mercados parecem ser suficientes para que se possa diminuir rapidamente a amplitude da pobreza e reduzir a desigualdade.

Tabela 03

**Distribuição de renda das Pessoas \***

% das pessoas ordem crescente da renda	1986	1989	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Até 50%	12,50	10,40	12,80	13,10	13,00	13,10	13,50	13,90
De 50% a 90%	38,70	36,40	37,40	38,70	39,10	39,30	39,00	39,30
De 90% a 99%	33,60	35,90	33,80	34,30	34,40	33,90	33,80	33,80
De 99% a 100%	15,20	17,30	16,00	13,90	13,50	13,70	13,70	13,00
Gini ** 100%	0,5804	0,6228	0,5822	0,5738	0,5714	0,57	0,5646	0,5578
99%	0,5345	0,5762	0,533	0,5324	0,5315	0,529	0,5227	0,518

Fonte: S.Rocha (1999): IBGE/PNAD – Tabulações Especiais.

\* Rendimento de todas as origens de pessoas de 10 anos ou mais com rendimento positivo.

\*\* Valor no limite inferior calculado a partir de dados

Fonte: Salama (1995) O tamanho da pobreza

Recentemente, Barros e Mendonça ressaltam a importância da redução da desigualdade para o combate à pobreza no Brasil. Ao simularem modificações no nível e na forma de distribuição de renda do Brasil em 1993, mostram que

*(...)por ser um dos países do mundo com mais alto grau de desigualdade, o Brasil está entre aqueles onde o crescimento econômico é menos necessário para reduções na pobreza. Dado o elevado grau de desigualdade é possível reduzir expressivamente a pobreza sem crescimento econômico simplesmente fazendo com que o grau de desigualdade no Brasil seja próximo do observado para um país latino-americano típico.(1997, p. 14).*

A redução dos índices de pobreza podem ser alcançadas por meio de estratégias para a diminuição do número de pessoas pobres, crescimento da quantidade de recursos entre a população. Tais estratégias geralmente conduzem a propostas de políticas de controle da natalidade, de crescimento da economia ou da promoção da igualdade.

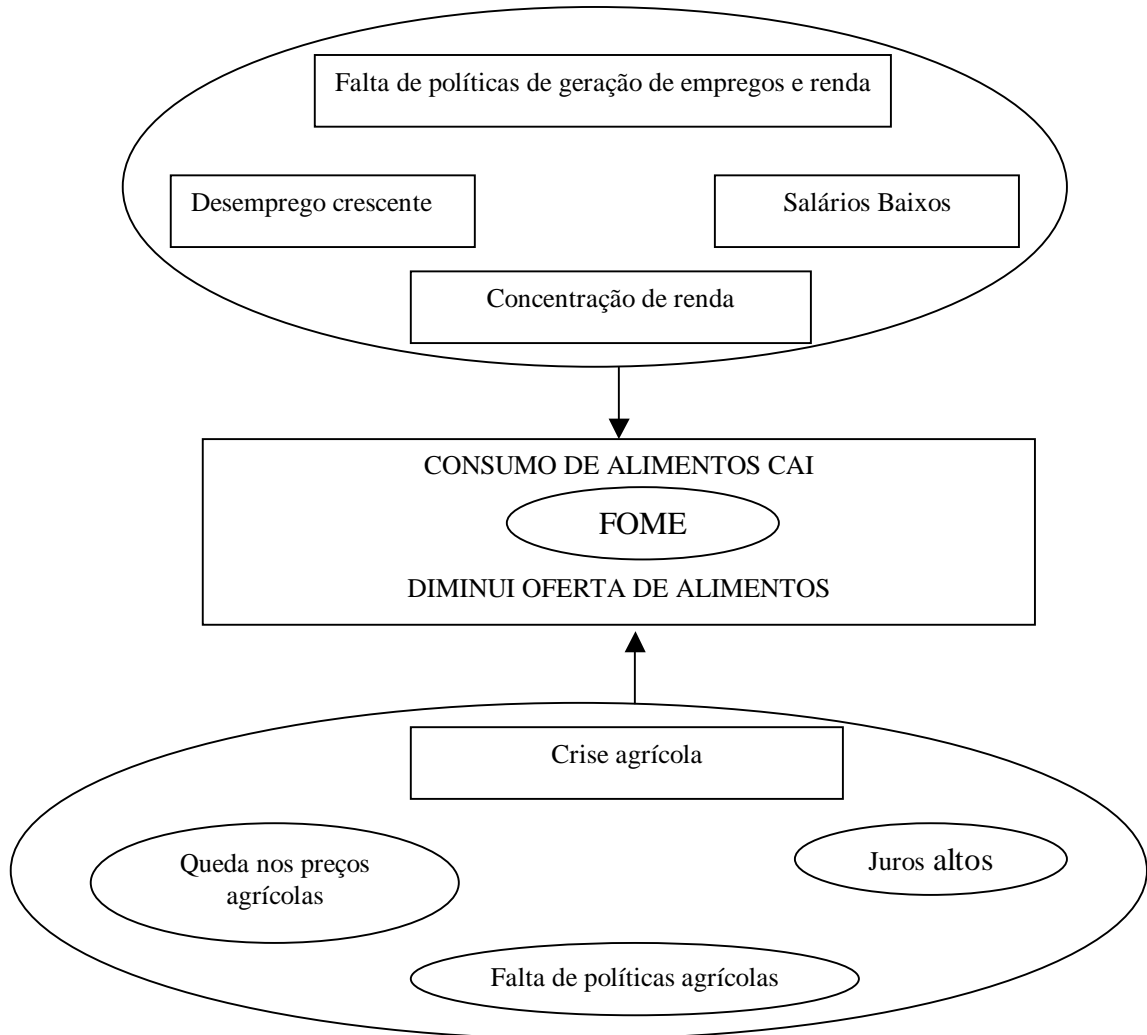
O estudo do IPEA coloca no seu devido lugar a questão da má localização geográfica dessa disponibilidade de alimentos ao assinalar, com muita propriedade, que há uma discrepância crescente entre as zonas produtoras e as regiões onde se localizam os mais necessitados.

O mapa da fome permite ainda concluir que o problema não está na disponibilidade global de alimentos, mas sim no desencontro geográfico entre a existência dos produtos e a localização das famílias mais necessitadas. Quase 90% da produção localiza-se no sul, sudeste e porção meridional do centro-oeste, enquanto cerca de 60% dos famintos habitam o norte-nordeste. Ou seja, em algumas regiões, vale dizer, norte e nordeste, a produção local de alimentos não é suficiente para garantir o abastecimento da população existente.

A conclusão do estudo do IPEA é de que a longo prazo *o equacionamento definitivo da questão alimentar depende de ações voltadas para a convergência entre o poder aquisitivo da grande maioria dos trabalhadores brasileiros e os preços de uma alimentação adequada*, além de uma série de medidas de emergência e de curto prazo destinadas a minimizar os efeitos da fome sobre a atual da população carente.

Forma-se um verdadeiro círculo vicioso, causador em última instância da fome no país, como desemprego crescente, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos.

Quadro 01

**O círculo vicioso da fome.**

Fonte: Projeto Fome Zero

Para romper com esse ciclo perverso, é necessário a intervenção do Estado de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias.

## 2.2 O SURGIMENTO DE ALTERNATIVAS ALIMENTARES

Segundo Vera Telles (1994), valorizar a alimentação do ponto de vista da vida e saúde significa também questionar a lógica de um mercado que impõe um padrão alimentar inteiramente comandado pelos critérios da produtividade e do lucro. Alimentos com longa tradição nas culturas locais passam a ser depreciados, mesmo que contenham excelentes propriedades nutritivas ou sejam baratas. A demanda é direcionada para o consumo de produtos pobres em valor nutritivo, de preparo rápido e fácil. A população é vítima da força das grandes empresas de alimentos industrializados.

Ainda segundo Telles (1994), se a luta pela cidadania mobiliza corações e mentes, é porque através dela se alimenta a esperança de um mundo melhor de ser vivido.

O problema da fome vincula-se, portanto, com o problema mais amplo da alimentação apropriada para a espécie humana. A literatura sociológica não consegue diferenciar os saudáveis dos exagerados. Generalizando como os bem nutridos, e propõe, como meta, que os subnutridos e os exagerados alcancem esta categoria.

As pessoas classificadas como subnutridas e exagerados, geralmente agregam às suas carências e excessos alimentares uma inclinação para o maior consumo de álcool, drogas, medicamentos, cigarros e para o sedentarismo.

Os especialistas em nutrição assinalam que há dois tipos básicos de alimentos, vitaminas e minerais, que são as calorias e as proteínas. Onde as calorias dão energia e as proteínas são responsáveis pela reconstrução do organismo e podem ser de origem animal ou vegetal.

O arroz com feijão, bife e batata frita permanecem imbatível como o prato de resistência na mesa de grande parte da população. Mais do que um prato, isso tornou-se sinônimo de um modo de vida. Quem ficou de fora do modelo, persegue este ideal, e acaba se esquecendo de que no fundo da sua memória e à sua volta espalham-se e desperdiçam inúmeros outros alimentos mais completos, que reúnem, ao lado de proteínas e calorias, os micronutrientes e vitaminas essenciais ao bom funcionamento do organismo.

A Dra. Clara Takaki Brandão, adepta da idéia de que a desnutrição não é basicamente calórica e ou protéica, desenvolveu o conceito da multimistura, no qual a qualidade é dada pela variedade e não pela quantidade. A qualidade pode ser encontrada nos fundos de quintais, em folhas de hortaliças antes desprezadas. Sementes pouco conhecidas, e resíduos das usinas de beneficiamento de cereais, como arroz e trigo.

A alimentação humana baseada em alto consumo de proteínas animais impõe uma elevada sobrecarga do ecossistema planetário, por causa dela vasta área agrícola são ocupadas para produzir ração de animais. Além disso, a pecuária intensiva tem caráter poluente pelo acúmulo de fezes que ainda provoca mudanças climáticas pela alta produção de gás metano, liberado pelo processo digestivo do gado.

*Os documentos do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF, destacam-se as deficiências em micronutrientes das dietas de crianças latino-americanas e caribenhas, mostrando as patologias a que elas estão sujeitas. É importante salientar que mesmo crianças com alto nível de consumo vivem esta ameaça, em função do superprocessamento industrial dos alimentos. O resultado é o chamado **alimento oco**, que apenas satisfaz o desejo de comer, mas que efetivamente não nutre.(1994)*

Segundo Valdo França, a conclusão mais significativa desses anos de trabalho é que existem soluções concretas, ferramentas viáveis de combate à fome, que têm sido utilizadas por profissionais e entidades espalhadas pelo território

brasileiro. Estas ações de tão grande interesse social e acesso universal devem ser levadas agora aos órgãos oficiais responsáveis pela nutrição, saúde e educação nos Estados e Municípios. A articulação de órgãos públicos, é fundamental para otimizar os esforços e recursos necessários para minimizar o problema da fome no país.

O movimento de mulheres vem trazendo significativas contribuições para a conscientização da população sobre as mudanças que precisam e devem ser feitas, para mudar nossa realidade. Estão mostrando também que para combater a fome não basta apenas distribuir cestas básicas, ticketes - refeição ou leite em pó. Embora estas sejam formas de combater a situação de emergência em que se transformou a fome no Brasil, para erradicá-la é necessária a geração de novos empregos e a criação de novas possibilidades de ocupação de contingentes da população que permanecem à margem da economia formal.

É fundamental que as mulheres, por realizarem trabalhos de importância vital para a manutenção da espécie, sejam vistas como agentes de transformação que trazem para o combate à fome e à miséria contribuições e propostas de mudanças significativas na partilha de poderes e responsabilidades nas áreas da produção de bens e reprodução da vida.

### **2.3 A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO.**

A discussão da fome no Brasil passa inevitavelmente pela vida e a obra de Josué de Castro (1908 – 1973). Integrante de uma privilegiada geração de intelectuais nordestinos, possuía uma formação acadêmica bastante diversificada; foi médico, geógrafo, antropólogo e sociólogo.

Sua obra, composta por mais de duas dezenas de títulos, entre ensaios científicos e ficção, possui a marca de um profundo humanismo. Contestador da teoria malthusiana, Josué de Castro percebia a fome não como um fenômeno natural, produto da superpopulação, mas fruto de conflitos e de interesses políticos bastante definidos.

Muitas das reflexões de Josué de Castro, no auge da visão desenvolvimentista, refletem posições que só agora começam a ser defendidas por pensadores na vanguarda do movimento ambientalista. Esse tom futurista e profético, ele conservou até morrer aos 65 anos de idade.

Josué de Castro afirmava que os grandes descobrimentos do século XX foram a fome e a bomba atômica.

Em sua obra a Geografia da Fome, Josué de Castro distingue a fome em: epidêmica e endêmica. Onde a fome epidêmica é um fenômeno grave mas de curta duração, seria causada por catástrofes ecológicas ou humanas, tais como secas, enchentes, guerras, revoluções. A fome *endêmica é a fome por falta de alimentos nutricionais, onde as pessoas comem pouco e produtos sem os nutrientes necessários para uma alimentação saudável.*

#### **2.4 RACIONAMENTO ALIMENTAR NO BRASIL**

A COFAP, Comissão Federal de Abastecimento e Preços, foi criada em 1951, órgão herdeiro de experiências acumuladas na área. Alguns anos mais tarde, (1957) cria-se a Comissão Consultiva de armazenagem e Silos, órgão que pretendia quebrar o controle da estocagem pelos intermediários. Em 1962 foi extinta a COFAP e criou-se um conjunto de novos órgãos: a SUNAB (Superintendência Nacional de



Abastecimento), a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), a CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenagem) e a CFP (Comissão de Financiamento da Produção).

Com o regime militar, foi instituído o I PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), previsto para o período de 1972 a 1975, porém este programa acabou não sendo implementando, sendo sucedido pelo II PRONAN, previsto para o período de 1976-1979, que seria o instrumento chave do governo de coordenação ações nos campos da alimentação e nutrição.

Segundo Bueno (1985), somos um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e centenas de milhões de hectares de terras aproveitáveis para agricultura. Somos um país que é um dos celeiros do mundo. Mas ao mesmo tempo, este celeiro do mundo não produz alimentos em quantidade suficientes para abastecer sua população. Uma população que consome alimentos em quantidades muito inferiores às que deveria consumir.

A política econômica adotada dá prioridade à produção de culturas voltadas para exportação. A produção para a população brasileira fica em segundo plano, sem crédito, queda da produtividade e estreitamento do mercado. Nenhum dos cinco alimentos (feijão, arroz, mandioca, trigo, açúcar) consumidos pelo mercado interno apresentou uma taxa de crescimento da produção suficiente para empatar com o crescimento da população.

A queda da disponibilidade de alimentos por habitante no Brasil é especialmente incômoda para as famílias de baixa renda, pois a escassez de alimentos vem acompanhada de fortes elevações de preços. As famílias pobres gastam seu orçamento em alimentação que as famílias ricas. A inflação de alimentos é muito mais elevada para os pobres do que para os ricos.

Quando o governo permite que os preços dos alimentos disparem, está esvaziando a mesa das famílias pobres, que já é pouco farta. Uma prova de que a inflação de alimentos é seletivamente perversa.

Esta seletividade mostra que no Brasil não há fila de racionamento, pois ele é feito de forma diferente. Aqui, os pobres tem que racionar e os ricos, não. E a exclusão das famílias de baixa renda do mercado, a proibição para que comprem as quantidades de alimentos que necessitam para sobreviver dignamente, não é feita através de cartões. Os preços dos alimentos sobem muito mais rapidamente do que os salários e aí só resta comer menos. Portanto, há racionamento no Brasil, embora não existam filas.

O reajuste dos salários vem se dando em ritmo mais lento do que os reajustes dos preços dos alimentos, fazendo com que o consumo de alimentos por habitante diminua. Isso sem falar no fato, altamente preocupante, de um número crescente de pessoas desempregadas ou subempregadas.

Bueno (1985), coloca que a questão é saber por que a agricultura familiar foi tão abandonada, em comparação com a agricultura de exportação e cita alguns dos possíveis fatores:

- a política econômica oficial direcionou seus instrumentos, em especial o crédito agrícola a juros subsidiados, para as culturas de exportação.
- As culturas de exportação se revelam atividades mais rentáveis do que as culturas voltadas para o mercado interno.
- Em função de sua lucratividade mais elevada, a cana e as culturas de exportação avançam sobre terras destinadas às culturas alimentares. Estas foram deslocadas para terras de pior qualidade e mais distantes dos centros consumidores, o que resultou em redução da produção e da produtividade.

De qualquer forma, o que ocorre na prática é que as melhores terras são destinadas ao cultivo da opção mais rentável em termos de mercado. As terras marginais, em termos de fertilidade natural, localização e infra-estrutura, passam a ser ocupadas pelas lavouras de baixo valor agregado.

Segundo Tito Ryff, citado por Bueno (1985). *O impacto da nova opção de plantio sobre o sistema de produção agrícola depende, sobretudo, de dois fatores: a sua maior ou menor rentabilidade, em comparação com os demais cultivos, e a extensão de seu mercado. O segundo fator é extremamente importante, pois é ele quem vai determinar a profundidade do avanço do novo cultivo sobre as demais culturas.*

Em seu trabalho sobre *Segurança Alimentar e Desenvolvimento no Brasil*, Couto e Lisboa (2003) colocam:

*Alertamos porém que, no cenário de cortes no orçamento que assistimos recentemente, o Projeto Fome Zero perdeu o singelo percentual de 1,36%. Ocorre que o programa não se esgota no plano do Ministério de Segurança Alimentar apenas, mas depende de outros ministérios. Se o Fome Zero requer participação efetiva de outros ministérios conexos, como se refletirá sobre o programa os significativos cortes orçamentários ali praticados? Essa é uma questão que requer resposta, caso se queira avançar na direção de um programa que não seja mero símbolo de marketing político. (Lisboa, 2003)*

## 2.5 REFORMA AGRÁRIA

Uma redistribuição igualitária da propriedade da terra no Brasil permitiria melhorar as condições de vida de milhões de famílias que hoje em dia não têm um pedaço de terra para plantar. A produção de alimentos, multiplicada, melhoraria os padrões nutricionais dos que vivem no campo e na cidade. A migração para os grandes centros urbanos diminuiria, evitando o crescimento de favelas nestes centros.

Realizar uma reforma agrária não é uma tarefa politicamente fácil. Haverá resistência dos latifundiários tradicionais, de grandes grupos empresariais.

Para Bueno (1985) a Reforma Agrária deve incidir preferencialmente sobre as grandes propriedades não aproveitadas ou mal cultivadas e nas quais não existam condições favoráveis de exploração. Deve atingir também as terras que, adquiridas para fins especulativos, permaneçam abandonadas.

No capítulo seis de seu livro *Por que faltam alimentos no Brasil?*, Bueno (1985) coloca que uma reforma agrária democraticamente implantada, com a participação dos trabalhadores rurais, diretamente e através de suas entidades representativas, levaria a democracia ao campo, fazendo com que finalmente milhões de brasileiros tivessem cidadania plena. É bom que fique bem claro que sem uma Reforma Agrária para valer, que permita aumentar a taxa de crescimento da produção agrícola, não será possível pedir da agricultura que alimente a população brasileira.

Os objetivos normais da reforma agrária são a estabilidade econômica e estabilidade social além de muitos outros. Atingindo estes objetivos seriam eliminados os bolsões de miséria absoluta, que em nosso país resultam da desigualdade da distribuição das propriedades e das rendas.

O pequeno produtor sozinho não tem condições de adquirir tecnologias modernas e equipamentos. Por isso o pequeno produtor para se beneficiar dessas modernidades precisa associar-se a outros produtores para adquirir os equipamentos necessários, bem como formar cooperativas para construção de ambientes para estocar seu excedente.

Bueno (1985) escreve que, os que defendem a reforma agrária têm plena consciência de que apenas distribuir terras não basta. Pois dar terras e abandonar o

agricultor é condenar a reforma agrária ao fracasso, restabelecendo o poderio dos grandes proprietários. Portanto a reforma agrária deve vir acompanhada de política de crédito, assistência técnica, implantação de tecnologias simples e econômicas.

## **2.6 SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL**

O Sistema Nacional de Crédito Rural foi criado por lei em novembro de 1965. Através da concessão de empréstimo a juros subsidiados, procurou promover a modernização agrícola. Como, para os nossos tecnocratas, modernização é sinônimo de empresa agrícola, os créditos foram quase que integralmente destinados aos médios e grandes proprietários, considerados os únicos capazes de atuar empresarialmente. Para forçar a modernização, o governo federal procurou inclusive amarrar a concessão do crédito à utilização da tecnologia moderna. Uma tecnologia cara e inacessível ao pequeno produtor.

Durante muito tempo exigiu-se que o pequeno produtor comprovasse que era dono da terra em que plantava para poder ter acesso ao crédito. A maioria dos pequenos produtores plantam em terras alheias e pobres, são posseiros, arrendatários e ficavam excluídos dos benefícios do crédito rural.

Então o governo passou a admitir que o pequeno produtor, não proprietário da terra, tivesse acesso ao crédito, desde que obtivesse uma declaração do proprietário da terra. Porém os proprietários não estavam interessados em conceder esta declaração. Pois os mesmos concediam empréstimos aos pequenos proprietários, de modo que estes ficavam comprometidos com aqueles.

Segundo Bueno (1985), as modalidades de crédito existentes no Brasil são: custeio, investimento e comercialização. O crédito para custeio financia os insumos

para a produção, como sementes, adubos, defensivos, energia, mão-de-obra e outros. O crédito para investimentos destina-se à aquisição de terras, animais, veículos e equipamentos, e demais benfeitorias de que precise. O crédito para comercialização se destina a permitir que o produtor possa vender sua safra depois da colheita, permite que o produtor estoque sua produção.

A pequena quantidade de crédito que vai aos pequenos produtores, dedicados às lavouras de abastecimento interno, pode ser explicada, em parte, por um receio natural desses produtores de se endividarem e ou por uma grande aversão ao risco, por outro lado, de que a concentração deriva também de opções de política agrícola e da influência dos agricultores que se dedicam às culturas de exportação.

Portanto, parece não haver dúvidas de que o crédito rural no Brasil foi utilizado preferencialmente em favor das grandes propriedades, que em geral são as que dele menos necessitam, pois podem se capitalizar com recursos próprios com muito mais facilidade que as pequenas.

### 3. PROJETO FOME ZERO

#### 3.1 ASPECTOS GERAIS

Embora o programa de combate à fome do governo Lula tenha o nome de Fome Zero, sua iniciativa veio acompanhada de uma proposta de segurança alimentar para o Brasil. O conceito de fome implica com desnutrição e portanto, para evitar o mau uso das palavras, os técnicos adotaram a terminologia *segurança alimentar*.

A Constituição brasileira afirma que *são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...* (capítulo II, artigo 6º). Embora não esteja indicado expressamente, considera-se que o direito à alimentação esteja contemplado entre esses direitos sociais, principalmente quando se considera o direito à saúde e à assistência aos desamparados.

A utilização do conceito de segurança alimentar remete para a discussão sobre como desencadear as políticas de combate à fome. Não se trata apenas de produzir o alimento ou de resolver os problemas ligados ao abastecimento e a comercialização de bens. Trata-se de uma discussão mais ampla, que envolve aspectos econômicos, como a distribuição de renda, e culturais, como a educação alimentar das famílias.

A fome para muitos brasileiros é um assunto íntimo, é uma incansável luta travada a cada dia pela sobrevivência. A dor da fome é inigualável a qualquer outra, pois é a dor social que humilha, degrada e pode matar, submetendo o homem a um estado de inabilidade para toda iniciativa que lhe permita ser promovido a uma condição digna.

O Programa Fome Zero foi incluído entre as propostas da campanha presidencial de 2002, e foi anunciado como prioridade de governo no discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã seguinte à eleição.

Foi criado o Ministério Extraordinário de segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA), ligado diretamente à Presidência da República, e com objetivo de articular e implementar as várias ações previstas no Programa Fome Zero.

O programa Fome Zero é composto por um conjunto de ações que estão sendo implementadas gradativamente pelo governo federal com o objetivo de promover segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros atacando as causas estruturais da pobreza. as iniciativas envolvem vários ministérios, as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil.

Através de todo esforço serão trabalhadas fundamentalmente a educação e a geração de emprego e renda, permitindo que essas pessoas possam sustentar-se, ao invés de despachar o problema para adiante. O primeiro passo do governo é garantir que essas pessoas possam caminhar em direção a inclusão social.

Segundo o Projeto Fome Zero as políticas estruturais são voltadas para combater as causas mais profundas da fome e da pobreza, as específicas visam atender diretamente às famílias no acesso ao alimento. O mutirão contra a fome é um grande movimento nacional de solidariedade para atender emergencialmente aqueles que tem falta de alimentos.

Para atingir seus objetivos o Programa precisa da combinação de políticas estruturais, específicas e locais. As ações estruturais devem contar com programas de geração de emprego e renda, aumento do salário mínimo, incentivo para o primeiro emprego, recuperação política habitacional, incentivo a agricultura familiar e intensificação da reforma agrária. Como política específica pode-se citar a



implantação do cartão-alimentação, ampliação da merenda escolar. As ações locais devem ser implementadas pelos estados e municípios, sendo programas incentivados pelo Governo Federal.

O Projeto Fome Zero entende que a questão da fome no país tem três dimensões fundamentais: de um lado, a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora. De outro a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com baixo poder aquisitivo da maioria da sua população. E uma terceira a parcela da população excluída do mercado de alimentos.

O Fome Zero é muito mais que doação de alimentos, é preciso atacar as causa da fome, é preciso criar empregos nas regiões onde existe desemprego e miséria. Acabar com a fome, com a miséria e com a exclusão social no Brasil não é tarefa das mais fáceis, exige um conjunto de políticas e ações eficazes interagindo entre si.

Um dos elementos que se implantado adequadamente vai diminuir o número de indivíduos com fome é fazer uma reforma agrária eficaz e pacífica. Isso levaria as populações que migrarão da zona rural a voltar a agricultura, criando condições de sobrevivência para várias famílias. O que também diminuiria o número de favelados ao redor dos grandes centros.

O projeto Fome Zero, se atingir seu objetivo de aumentar a renda dos trabalhadores na cidade e no campo, através da criação de emprego, estará diminuindo a fome de muitos cidadãos e movimentando a economia das regiões beneficiadas.

Com a redução de estabelecimentos de agricultura familiar, muitas pessoas ficaram sem trabalho, e foram procurar sorte nos grandes centros. Com a redução desses estabelecimentos, muitos produtos que eram produzidos aqui passaram a ser importados, o que ocasionou queda na renda da população. Para reverter este quadro, é preciso a criação de políticas práticas, para que a agricultura familiar volte a florescer na produção de alimentos, para consumo interno e para a exportação de produtos diferenciados.

Todo programa exige uma quantificação do público beneficiário. No caso de um programa da natureza do Fome Zero, é importante ter uma estimativa da quantidade da população brasileira em situação de carência alimentar ou em situação vulnerável a ela. No entanto, não há no país, consenso sobre números que dimensionem esta população.

Os três conceitos principais tratados até o momento, pobreza, fome e desnutrição, têm uma forte relação, porém não possuem o mesmo significado. Assim é possível que a sociedade seja muito pobre, sem acesso a determinadas necessidades como educação, saúde e moradia, mas não passe fome. Também é possível que pessoas tenham renda suficiente para se alimentar e viver dignamente, mas tenham uma alimentação inadequada. Onde toda fome leva necessariamente a desnutrição, mas nem toda desnutrição se origina da deficiência energética, principalmente na população infantil. A desnutrição esta mais associada à pobreza do que a fome, devido as carências globais a que uma criança esta submetida, não só pela falta de alimentos mais também pela diversidade e adequação nutricional da dieta, de conhecimentos básicos de higiene e cuidados com a saúde.

A rápida difusão do programa Fome Zero retrata o desconforto que o problema da fome gera na sociedade brasileira. Independentemente de qualquer

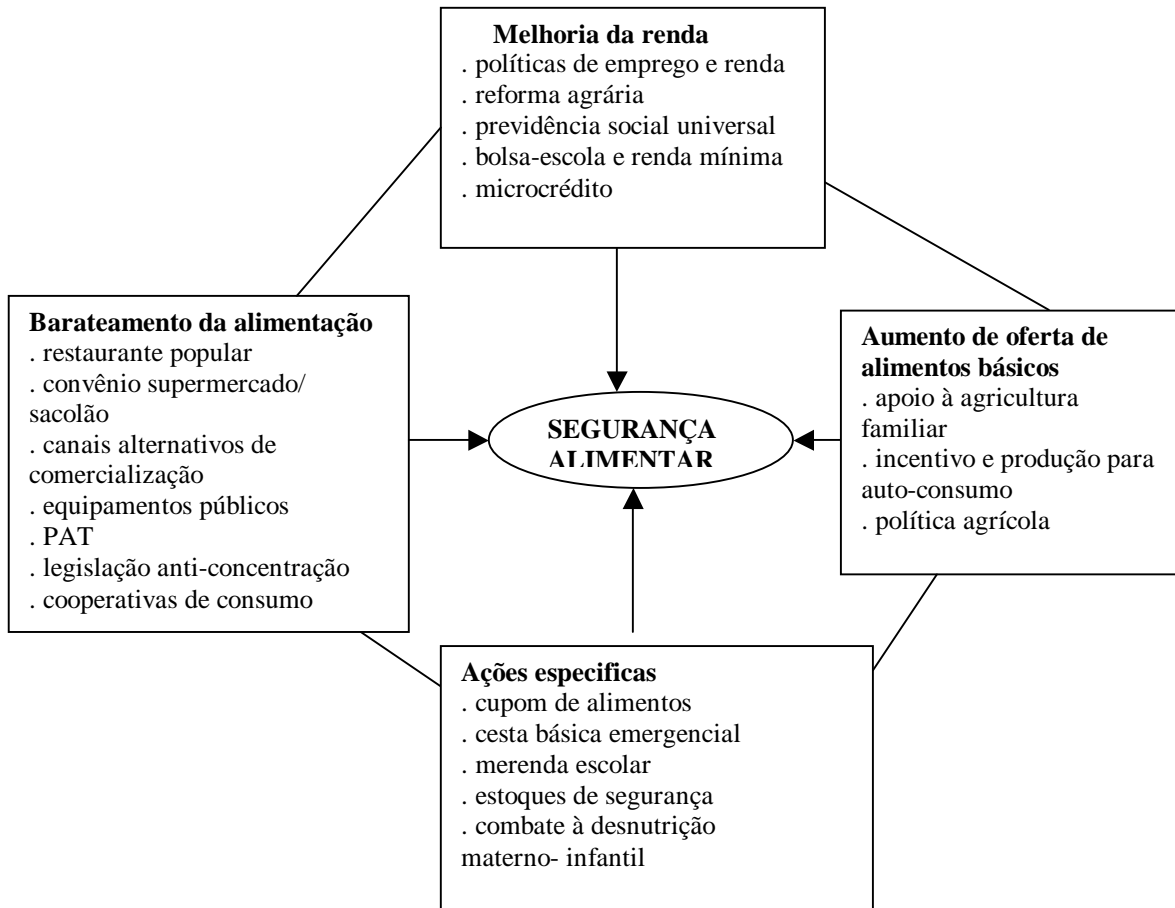
valoração sobre o problema, a legitimidade ganha pelo Programa explicita a fome como uma questão ética relevante a ser enfrentada pela sociedade nesse início de século.

O Programa Fome Zero toma como ponto de partida a linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial, que considera como pobres aquelas pessoas com renda inferior a US\$1,08/dia, deduzidos os gastos com aluguel ou prestação da casa própria e atribuído o auto consumo. Em moeda nacional, esse nível de renda corresponde, a R\$ 91,69 (à taxa de câmbio de outubro de 2004), mensais.

De acordo com o Projeto Fome Zero, pode-se dizer que neste momento específico que atravessa o país, a questão alimentar tem que começar a ser equacionada simultaneamente por três grandes eixos de políticas: ampliação da demanda efetiva de alimentos, barateamento do preço dos alimentos e programas emergenciais para atender aquela parcela da população excluída do mercado. De fato, alcançar a segurança alimentar no Brasil exige um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país com geração de emprego, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, que funciona como uma espécie de *farol* para as rendas desses segmentos mais pobres da população.

Para combater a fome no Brasil é preciso mudar o modelo atual de desenvolvimento econômico que causa a exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, como é também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda.

## Quadro 02

**Principais Políticas a serem Implantadas no Programa Fome Zero**

Fonte: Projeto Fome Zero

A aplicação de uma política de segurança alimentar exige considerar o caráter multidimensional e intersetorial inerente a este tema, superando um entendimento equivocado de reduzi-la à produção e distribuição de alimentos e, em conseqüência, tendo sua política definida no limite restrito do planejamento agrícola.

Segundo o Programa Fome Zero, as políticas emergenciais de segurança alimentar são indispensáveis para o enfrentamento de problemas que não podem esperar o tempo de resposta das medidas estruturais, que devem estar sendo

tomadas simultaneamente. Ao lado disso, as medidas emergenciais devem trazer obrigatoriamente componentes ligados a uma transformação estrutural das condições geradoras das situações que as produzem e justificam. Uma política de distribuição de alimentos, por exemplo, deve incluir a criação das condições e a obrigatoriedade das famílias beneficiárias em ter os filhos na escola e a constituição de conselhos locais com a participação dos próprios beneficiários para o acompanhamento dessa política.

As políticas dessa natureza devem ser:

- a) Educativas, em relação aos hábitos e práticas alimentares;
- b) Organizativas, para a defesa dos direitos de cidadania;
- c) emancipadoras, visando promover a autonomia e não a dependência dos beneficiários.

Os diferentes grupos da população demandam políticas específicas para enfrentar a questão da fome, especialmente no horizonte temporal de curto e médio prazo.

O Projeto Fome Zero coloca que o perfil da fome nas cidades é diferente daquele que encontramos no campo. Dada a maior disponibilidade de alimentos nas cidades, a população de baixa renda encontra assistência mais à mão de organizações não-governamentais, órgãos públicos ou mesmo vizinhos e parentes, em caso de fome. A grande quantidade de resíduos alimentares, encontrados nas cidades permite o acesso de parte dessa população e algum tipo de alimento, ainda que de má qualidade. Pode-se afirmar que a fome encontrada nas cidades exige algumas políticas diferentes daquela que presenciamos no campo, onde as possibilidades de obtenção de alimentos são menores, por mais paradoxal que possa parecer à situação.

Quadro 03

### Esquema das propostas do projeto Fome Zero



Fonte: Projeto Fome Zero

### 3.2 POLÍTICAS ESTRUTURAIS

As políticas estruturais de geração de emprego e aumento da renda só atingirão seu objetivo de gerar mais e melhores empregos com salários dignos num

novo modelo econômico que gere crescimento e priorize o mercado interno, incluindo milhões de pessoas no mercado de consumo de bens fundamentais como, por exemplo, os alimentos.

O Programa Fome Zero defende uma política educacional universal de qualidade como um direito cidadão, mas não como *remédio* à pobreza e à desigualdade. A desigualdade de renda tem raízes muito mais profundas do que o acesso educacional, e a uma formação universitária universal é bastante desejável, mas o tempo para se alcançar esta meta é muito longo.

A recuperação de uma política habitacional também tem um papel fundamental, tanto na geração de emprego, quanto para a solução do déficit habitacional brasileiro.

A ação das organizações não governamentais e movimentos sociais tem sido, cada vez mais, um fator de desenvolvimento relevante na localidade. Diversas iniciativas comunitárias têm sido identificadas, como por exemplo, a formação e capacitação profissional de moradores, visando o desenvolvimento econômico, social, cultural e emancipatório das pessoas e famílias.

O Projeto Fome Zero defende a intensificação da reforma agrária, como política estrutural de desenvolvimento. A importância de uma ampla reforma agrária se coloca a partir de quatro motivos principais: redistribuição de renda, ampliação das fontes de renda para as famílias, fonte de auto consumo alimentar e dinamização das economias regionais.

Com programa de renda mínima e Bolsa Escola, os resultados alcançados por estes são bastante positivos, pois conseguem atingir famílias mais pobres, e melhorar sensivelmente a frequência à escola e o rendimento das crianças. Os

resultados são melhores quanto maior for o benefício recebido e o acompanhamento social junto às famílias atendidas.

O Programa Fome Zero considera essencial que se retome uma política agrícola que favoreça, de fato, a agricultura familiar no país, visando o aumento da produção de alimentos e a proteção ao agricultor de menor renda. Isto pode ser conseguido através de um conjunto de políticas que combinem: seguro da renda agrícola, prioridade à produção interna, recorrendo à importação somente no caso de quebras de safra, incentivo à pesquisa pública que favoreça ao pequeno produtor o uso de tecnologias apropriadas, e que esteja associada a uma política efetiva de assistência técnica, uma política de crédito efetivo que esteja vinculada à formação de canais de comercialização, estímulo à formação de cooperativas de incentivo para proteção da natureza e da paisagem, entre outras.

### **3.3 POLÍTIICAS ESPECÍFICAS.**

#### **a) Cupom Alimentação:**

As vantagens do programa cupom alimentação na concessão de recursos para que as famílias cuidem do seu próprio abastecimento. Além de movimentar o comércio local, baratear os custos de operação e superar resistências das políticas clientelistas, tal sistemática permite que cada família compre os alimentos que compõe a sua própria dieta.

As características básicas do programa cupom alimentação são quatro: 1) complementar a renda das famílias muito pobres independentemente de já se beneficiarem de outros programa, como o renda mínima, bolsa escola, previdência social, etc; 2) exigir sempre uma contrapartida específica das famílias que se beneficiam do programa em termos de ocupação de seus membros adultos como,



por exemplo, freqüentar cursos de alfabetização, requalificação profissional ou até mesmo prestação de serviços com suas habilidades profissionais; 3) as famílias receberão benefícios dos cupons por um período previamente de seis meses ou um ano, prorrogáveis mediante reavaliação e enquanto persistirem as causas de insegurança alimentar que os afeta; 4) os cupons só poderão ser utilizados na compra de alimentos em supermercados, lojas, feirantes ou produtores agropecuários previamente cadastrados.

Nos primeiros anos de implantação do programa cupom alimentação, propõe-se que se dê prioridade àquelas famílias já cadastradas nos seguintes programas:

- . Assentados de reforma agrária ou famílias comprovadamente pobres que se cadastraram pelo correio para integrarem o programa e que ainda aguardam serem assentados;
- . Família beneficiária dos atuais programas bolsa escola e bolsa alimentação;
- . Famílias pobres com desempregados beneficiários ou não do seguro desemprego, que estejam ou venham a ser cadastrados por órgãos públicos federais, estaduais ou municipais;
- . Famílias com crianças e ou adultos comprovadamente desnutridos ou em situação de risco, encaminhados pelo sistema público de saúde, que ainda não estejam sendo atendidos pelos programas anteriores.

A prioridade a estas famílias se justifica, primeiro, pelo fato de já estarem cadastradas, o que evita que a implantação do programa de cupom alimentação tenha que esperar por um cadastro próprio para entrar em vigência.

A implantação gradativa do Programa Cupom de Alimentação é fundamental por duas razões:

. Dada a dimensão do programa, é necessário implantar um sistema de administração em todo país, seja para habilitar os estabelecimentos conveniados, seja para cadastrar as famílias beneficiadas;

. Como é um programa que se relaciona a outras políticas estruturais, em particular, ao apoio à agricultura familiar, é preciso dar tempo para que a oferta de alimentos cresça pelo menos no mesmo ritmo do programa sob risco de causar um aumento no preço dos alimentos.

#### b) Alimentação do Trabalhador:

É necessário mudar o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, para torná-lo mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais direcionado ao público vulnerável à fome. A forma como o PAT está hoje estruturado exclui os trabalhadores que não têm registro em carteira e os empregados de pequenas empresas que se utilizam o simples. São justamente esses os trabalhadores que ganham menos e que deveriam ser priorizados nos programas de combate à fome.

Os trabalhadores sem qualquer registro que permanecem na informalidade, não há como destinar recursos do PAT para sua alimentação.

Para os trabalhadores que atuam em empresas de pequeno porte, o objetivo da reforma do PAT é conseguir que elas sejam atraídas para o programa.

O programa Fome Zero propõe que se estabeleçam mecanismos de compensação para as firmas que se utilizam o SIMPLES para o cálculo do imposto de renda devido, tendo como base o lucro presumido, para beneficiar isenções na concessão de benefícios de alimentação aos trabalhadores.

O Projeto Fome Zero propõe que as pessoas famintas, as populações atingidas por calamidades naturais (secas, enchentes), e os novos assentados da

reforma agrária recebam mensalmente uma cesta de alimentos por um período determinado.

É necessário implantar medidas não apenas para corrigir, mas para prevenir a desnutrição infantil, atendendo a crianças menores de um ano, bem como gestantes e mães em fase de amamentação. Uma delas é ampliar o fornecimento de produtos alimentares, como o leite, e de nutrientes básicos, como ferro e vitaminas, para as crianças inscritas nas redes públicas de serviços de saúde e de assistência social, visando universalizar os programas já existentes.

O programa Fome Zero propõe a formação de estoques que garantam a segurança alimentar, ou seja, um volume mínimo de produtos da cesta básica que respondam pelo consumo durante o período necessário para se importar ou expandir a oferta, caso não sejam commodities como o caso do feijão.

Os estoques de segurança seriam adquiridos nas próprias regiões produtoras e utilizadas na distribuição para a população vulnerável pelo sistema de cestas emergenciais e merenda escolar, por exemplo. Deve-se analisar a logística de distribuição dessas cestas levando-se em conta a localização dos estoques reguladores, evitando assim o passeio e o perecimento dos alimentos armazenados.

O programa de qualidade dos alimentos deve ter abrangência universal, isto é, deve administrar a segurança dos alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, desde o produtor até o consumidor. Os produtos de consumo doméstico devem ter a mesma prioridade no programa que os produtos exportados e importados. As seguintes ações precisam ser integradas e coordenadas para evitar o desperdício de recursos e promover uma política com abrangência nacional.

### 3.4 POLÍTICAS LOCAIS

O Projeto Fome Zero propõe também um conjunto de políticas que podem ser implantadas pelos estados e municípios, a grande maioria em parcerias com a sociedade civil. São basicamente programas já em funcionamento nos municípios com relativo sucesso.

Cabe ao poder público conceder microcrédito a esses pequenos varejistas para capital de giro e, principalmente, novos equipamentos. É fundamental que o pequeno varejo se modernize com a informática, a armazenagem e o transporte moderno.

As propostas e programas apresentados anteriormente foram estudados também do ponto de vista do seu financiamento. É importante mencionar que as pessoas e famílias podem ser atendidas por mais de um programa, o que implica não ser possível somar os custos para estimar-se um custo total de todos os programas.

Convém assinalar que alguns programas estruturais cumprem um papel mais amplo, de garantia de direitos sociais de caráter universal, enquanto que as propostas específicas são mais focalizadas no combate à fome e à pobreza.

Para o Projeto Fome Zero a principal proposta específica (cupons alimentação) teria um custo máximo anual de R\$19,9 bilhões, um montante de recursos relativamente pequeno para erradicar aquele que pode ser considerado o maior dos males sofridos pela maioria da população pobre do país.

As políticas sociais, com exceção daquelas previstas no Orçamento da Seguridade Social e do Fundo de Assistência Social, estão permanentemente sujeitas a cortes e negociações subordinados a calendários eleitorais.

Outra forma de redirecionamento possível é o aproveitamento do valor equivalente aos recursos arrecadados pelos atuais impostos indiretos incidentes sobre produtos da cesta básica.

Uma outra fonte são as iniciativas já existentes de doações de recursos e bens por parte de empresas e da sociedade civil. Verifica-se a existência de diversas iniciativas nessa linha, sem qualquer coordenação por parte dos governos ou de organizações da sociedade civil.

Uma forma de estimular essas doações é a criação de incentivos, como desconto no Imposto de renda.

Na visão do Projeto, o combate à fome não deve ser considerado despesa e sim investimento. O efeito de acabar com a fome, além de trazer à condição cidadã, implicará em benefícios importantes de aumento de consumo e da produção de alimentos, aumento da renda das famílias, maior circulação de mercadorias e maior arrecadação de impostos, diminuição de despesas de saúde e, inclusive, melhoria da segurança. A transformação social como eixo do desenvolvimento permite a retomada do crescimento sem restrição externa, ou seja, podemos voltar a crescer distribuindo renda.

### **3.5 Consea**

O Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) tem caráter consultivo e é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para políticas e ações na área da alimentação e nutrição. O Conselho vai estabelecer um diálogo permanente entre o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome, os demais ministérios e a sociedade para a definição

de prioridades. O Conselho, ligado à Presidência da República, foi criado pela Medida Provisória nº 103 de 1º de janeiro de 2003, e regulamentado pelo Decreto 4.482, de 30 de janeiro de 2003.

A atribuição fundamental do Consea é assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação. O Consea integrará as ações governamentais visando o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para promover suas necessidades básicas, em especial, o combate à fome.

O Consea será presidido por um dos representantes da sociedade civil e terá como secretário o Ministro de segurança Alimentar e Combate à Fome.

O Conselho é formado por sessenta e dois conselheiros, treze ministros de Estado, onze observadores e trinta e oito personalidades da sociedade organizada, nomeada pelo Presidente da República.

Antes de instalar o CONSEA, recomenda-se à formação do COPO (Conselho Operativo do Programa Fome Zero). Ele poderá ser o embrião do Conselho, que executará a política alimentar e nutricional no município.

### **3.6 Programa Cartão Alimentação**

O Programa Cartão Alimentação, regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 4675 define o valor e a duração do benefício, R\$50,00 para cada família com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo, em até seis meses, prorrogáveis por mais dois períodos de seis meses. O objetivo é que nesse prazo sejam implementadas ações estruturais que transformem a condição de vida das famílias com a redução do risco de insegurança alimentar.

Em outubro de 2003 o programa Cartão Alimentação começou a migrar para o programa unificada Bolsa Família. Inicialmente o Programa foi implantado nos Estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais e já chegou à Região Norte, Sul e Sudeste do País. O titular do cartão é preferencialmente a mulher responsável pela família.

### **3.7 BOLSA FAMÍLIA**

O Bolsa Família é o maior e mais ambicioso projeto de transferência de renda da história do Brasil. O Bolsa Família nasce para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias mais pobres do país. Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias necessitadas.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per-capita de até R\$100,00 (cem reais) mensais, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social.

O Bolsa Família foi criado para atender duas finalidades básicas: enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social, e também promover a emancipação das famílias mais pobres.

Por decisão do presidente Lula, o Bolsa Família unificou todos os benefícios sociais (bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e o auxílio gás) do governo federal num único programa. A medida proporcionou mais agilidade na liberação do dinheiro a quem precisa, reduziu burocracia e criou mais facilidade no controle dos recursos, dando assim mais transparência ao programa.

As principais vantagens deste programa são: expansão do atendimento, substancial aumento no valor dos benefícios, maior volume de investimentos em relação ao passado, parceria entre governo federal, estadual e municipal, com a intenção de potencializar as ações de todos no combate a pobreza, mais eficiência e transparência nos gastos públicos por meio de políticas de transferência de renda coordenadas e gerenciadas.

### **3.8 Mutirão Contra a Fome**

A convocação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma luta contra a fome deu origem a um movimento de solidariedade que se alastra pelo país. O Mutirão contra a Fome inclui ações emergenciais para aliviar o sofrimento imediato dos brasileiros que não têm o que comer. Ele envolve o estabelecimento de parcerias que podem ajudar a erradicar de vez as causas do problema. O Mutirão contra a Fome vai engajar toda a sociedade. O Governo sabe que, por mais forte que seja seu compromisso político, não vencerá essa guerra sozinho.

Toda a sociedade brasileira deverá mobilizar-se para combater a fome e a miséria. A organização é o primeiro passo, e o passo fundamental, para que a solidariedade não se restrinja a campanhas de fôlego curto. Assim, para atuar no Fome Zero é aconselhável vincular-se a uma entidade ou instituição que já trabalhe com segurança alimentar (Mesa Brasil, denominações religiosas, Banco de Alimentos, Ongs etc) ou organiza-se num PRATO (Programa de Ação Todos pela Fome Zero).



O mutirão contra a Fome é composto de: a) Campanha de doações de alimentos; b) Campanha de doações em dinheiro; c) Organização de voluntários ou iniciativas próprias que fortaleçam o êxito do Programa Fome Zero.

As doações em pequena escala, devem ser entregues aos Centros de recepção e Distribuição de Alimentos (CRDS), localizados na própria cidade do doador, evitando-se assim custos de transporte excessivos.

As doações em grande porte (mais de um caminhão) são centralizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que dispõe de infra-estrutura para recepção e distribuição.

Nas campanhas de doações em dinheiro, o governo estimula doações diretamente para entidades assistenciais já atuantes nos municípios, e critério do doador.

Para aqueles que desejam doar para o Programa Fome Zero, foram criadas as contas Fome Zero no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. O dinheiro é destinado ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, gerindo de forma responsável e transparente.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi criado em 2001 para financiar ações que tenham como alvo famílias em situação de pobreza. o Fundo é composto de doações orçamentárias e doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras. A gestão é feita pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e combate à Fome (MESA) com apoio de um Conselho Consultivo. Os recursos vindos de doações são utilizados exclusivamente em ações de combate à fome.

O sucesso do Mutirão contra a Fome depende de uma grande mobilização popular. Para canalizar essa energia da sociedade, o Fome Zero propõe uma forma

de organização que vai contribuir para que cada cidadão ou cidadã saiba quais os papéis que pode desempenhar.

E como estamos falando em combate à fome, nada melhor do que utilizar palavras relacionadas a isso. O Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome recebeu a sigla MESA. Os componentes do Mutirão são:

- a) COPO – Conselho Operativo do Programa Fome Zero
- b) PRATO – Programa de Ação Todos pelo Fome Zero
- c) SAL – Agentes de Segurança Alimentar
- d) TALHER – Equipe de capacitação para a educação cidadã

O Conselho Operativo do Programa Fome Zero (COPO) ou Centro de Recepção de Doação (CRD) é formado por representantes da sociedade civil e do poder público. Cabe a ele traçar as diretrizes da política de segurança alimentar local, credenciar as entidades e as famílias que serão beneficiadas, estabelecer parcerias com instituições, empresas privadas e voluntários.

O COPO/CRD tem como função cuidar da arrecadação de recursos no local, administrar as doações que chegam a responsabilizar-se pela armazenagem e transporte. É ele que identifica e seleciona as entidades a serem atendidas pelos alimentos doados. Cabe a ele cadastrar os beneficiários, os doadores permanentes, bem como monitorar a logística da coleta e da distribuição.

Espera-se que haja milhares de PRATOs, formados por voluntários, organizados por local de trabalho, bairros, igrejas, escolas, clubes, empresas etc. Os PRATOs são os braços operativos do Fome Zero. Eles organizam coletas e doações e, coordenados pelo COPO/CRD, encaminham para as entidades que trabalham com as famílias beneficiárias.

No caso de doações de gêneros in natura, especialmente verduras, legumes e frutas, cabe aos PRATOs dispor de lista de entidades da região em condições de receber tais produtos. Produtos que exijam refrigeração não deverão ser recolhidos pelos PRATOs.

O SAL acompanha as famílias e núcleos populacionais beneficiados pelo Fome Zero. É seu papel saber como o beneficiário caminha da exclusão para a inclusão social, se mês a mês tem melhorado a dieta, a higiene corporal, bucal e doméstica, se os analfabetos tem participado do curso de alfabetização, se os desempregados freqüentam o curso de profissionalização, se a família cultiva horta doméstica ou participa da horta comunitária, se desenvolve a agricultura familiar, se empenha-se na construção de cisterna (Sede Zero), se participa da formação de cooperativas.

O TALHER é um instrumento de alimentação. Para o Fome Zero, não só alimentação física, mas também mental e espiritual. O Fome Zero não quer saciar apenas a fome de pão. Quer saciar também a fome de beleza, promover a educação cidadã dos beneficiados.

Esta equipe chamada TALHER prepara monitores que capacitam quem participa de COPOs, PRATOs ou atua como SAL. E ajuda a formar inúmeros TALHERES pelo Brasil afora.

Na visão do projeto, o combate a fome não deve ser considerado despesa e sim investimento. O efeito de acabar com a fome, além de trazer à condição cidadã, implicará em benefícios importantes de aumento de consumo e da produção de alimentos, aumento da renda das famílias, maior circulação de mercadorias e maior arrecadação de impostos, diminuição de despesas de saúde e, inclusive, melhoria da segurança. A transformação social como eixo do desenvolvimento permite a

retomada do crescimento sem restrição externa, ou seja, podemos voltar a crescer distribuindo renda.

### **3.9 Fome Zero em Santa Catarina**

Com indicadores de qualidade de vida bem superiores à média nacional, Santa Catarina até pode ficar fora da lista de estados prioritários no combate à fome e à miséria. No entanto, é ilusão imaginar que o problema não existe no Sul do País. Por conta desse erro de avaliação, Santa Catarina chegou a ter repasses de verbas reduzidos pelo próprio Programa Comunidade Solidária. A verdade é que pesquisas, feitas pelo Instituto CEPA indicam a existência de aproximadamente 700 mil pessoas sobrevivendo abaixo da linha de miséria.

Segundo Maurinto (2004), as regiões do Planalto catarinense e nos municípios do oeste próximos à fronteira com o Paraná são as áreas com maiores problemas. Mas, o que fazer para melhorar a situação dessas famílias? A resposta deve vir através do trabalho com conjunto entre, Estado e sociedade civil organizada, como igrejas, sindicatos, clubes e outros, seguindo a linha do Fome Zero do governo Federal.

O diagnóstico da inclusão social em Santa Catarina usou o mesmo procedimento adotado pelo programa federal de Segurança Alimentar para determinar o que é a chamada linha de indigência.

A correlação entre baixa renda e fome também é considerada pelo Banco Mundial e Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). O Censo Domiciliar serviu como fonte primária dos dados sobre a renda e situação dos domicílios. A pesquisa mostra que o percentual das pessoas com renda insuficiente

(12,4%) é menor do que o estimado pelo Instituto da Cidadania para a média do Brasil (27,8%).

O fato de alguns municípios com maior concentração de população terem percentuais baixos de pessoas sem renda suficiente não quer dizer que lá o problema não seja insignificante.

Segundo a pesquisa do Instituto CEPA, o percentual das pessoas sem renda suficiente varia de 4,5% a 26,7%. A estatística catarinense segue como parâmetro a renda equivalente de R\$90,00 (noventa reais) por pessoa por mês, denominadas como *pessoas sem renda suficiente*. Como *pessoas pobres* são definidas aquelas que têm uma renda per capita menor do que R\$180,00 (cento e oitenta reais) ao mês.

As rendas são sempre determinadas a partir do conjunto dos rendimentos das famílias, dividido pelo número de seus integrantes. Família é o conjunto de pessoas que moram no mesmo domicílio, com laços de parentesco ou outro tipo de afinidade.

Tabela nº 04  
Números de Santa Catarina

População	5.356.360
Rural	1.138.416
Urbana	4.217.944
Renda per capita mensal	R\$ 349,32
Per capita mensal no campo	R\$ 205,70
Per capita na cidade	R\$ 386,33
Pessoas com renda insuficiente no Estado	665.317
Rural	224.069
Urbano	441.419
Pessoas pobres no Estado	1.752.908
Rural	510.951
Urbano	1.241.957
Famílias com renda insuficiente	158.801
Rural	50.606
Urbano	109.195

Fonte: Instituto Cepa  
Fonte: Diário Catarinense 01/05/2003

### 3.10. Projeto Mesa Brasil

Desde 1994, o SESC – Serviço Social do Comércio – vem desenvolvendo ações para diminuir a fome e a subnutrição, cujos índices atingem níveis elevados em todo o Brasil. As conseqüências desse flagelo são graves e conhecidas por todos. A estratégia básica do MESA BRASIL SESC está centrada no aproveitamento de alimentos excedentes e ainda próprios para consumo.

A iniciativa teve início no Departamento regional de São Paulo e hoje está presente nos Departamentos Regionais de vários Estados da Nação.

Em 2003, as experiências acumuladas neste período ganharam dimensão nacional com o MESA BRASIL SESC: uma rede de programas presente em todos os estados brasileiros, com os objetivos de promover a cidadania e a qualidade de vida de populações marginalizadas numa perspectiva de inclusão social.

A rede MESA BRASIL SESC, como uma iniciativa de ação social permanente na área de segurança alimentar e nutricional sustentável, integra empresas, entidades sociais e voluntários, através de dois modelos de atuação:

O **BANCO DE ALIMENTOS** é um centro de recolhimento e distribuição de alimentos. Trabalha, normalmente, com grandes doações, geralmente não comercializáveis. Busca onde sobra, armazena e os disponibiliza para as entidades sociais.

A **COLHEITA URBANA** encarrega-se de coletar, todos os dias e de forma segura, alimentos frescos, produtos hortifrutigranjeiros, alimentos industrializados em quantidades menores, entre outros, e de encaminhá-los para as entidades sociais. A colheita Urbana não possui estoque, pois a distribuição é imediata. Busca onde sobra, entrega onde falta.

Esses programas não fazem atendimento direto a pessoas físicas. Todo o trabalho é direcionado às entidades sociais cadastradas, com prioridade para as mais carentes. É através destas entidades que as pessoas são atendidas,

O projeto MESA BRASIL SESC é uma ação de solidariedade e de combate à fome e ao desperdício de alimentos, instituído pelo Departamento Nacional do SESC, que tem a proposta de ampliar em âmbito nacional o trabalho desenvolvido nos Departamentos regionais. O MESA BRASIL SESC é um programa de segurança alimentar e nutricional sustentável, que redistribui alimentos excedentes próprios para o consumo ou sem valor comercial. O programa é uma ponte que busca onde sobra e entrega onde falta, contribuindo para diminuir o abismo da desigualdade social no país.

Há problemas que são causados por hábitos errados ou desconhecimento do modo correto de manipular alimentos e a dificuldade que as pessoas tem para mudar seus próprios hábitos. Erros mais comuns: colocar ovos na porta da geladeira, deixar ovos fora da refrigeração, colocar alimentos quentes na geladeira, cobrir alimentos recém colocados na geladeira, arear panelas, utilizar por mais de uma semana a esponja de pia, ferver leite, comer alimentos com data vencida mesmo que seja de um dia, deixar comida sobre o fogão, dentro ou sobre a mesa, por mais de 2 horas, preparar maionese caseira, comer ovos crus ou semicrus, dar mel de abelha a crianças menores de um ano. As doenças em termos de sintomatologia podem causar: diarreia, náuseas, cólicas, cefaléia, vômitos, febre,

A aquisição de novos hábitos alimentares é favorecida através de cursos, treinamentos e oficinas culinárias realizadas com as pessoas envolvidas para garantir, em todas as etapas do processo, a qualidade dos alimentos e seu aproveitamento integral.

A alimentação adequada tem reflexos imediatos na saúde e na melhoria da qualidade de vida do indivíduo, reduzindo significativamente a possibilidade de adquirir doenças.

O Fome Zero incluiu em suas propostas ações do Mesa Brasil, como um dos programas específicos e prioritários. O objetivo é formar uma grande rede de solidariedade, incentivando o surgimento de projetos semelhantes por outras instituições.

O projeto, que integra o Fome Zero do governo federal, viabiliza também treinamento em segurança alimentar, ensino de técnicas de manipulação de alimentos e de condições de higiene.

O SESC acredita no surgimento de novos projetos assemelhados, sob a responsabilidade de organizações não governamentais, ampliando a contribuição da sociedade para a diminuição da fome e da subnutrição e melhoria da qualidade de vida de populações carentes, objetivo básico do Projeto Fome Zero.

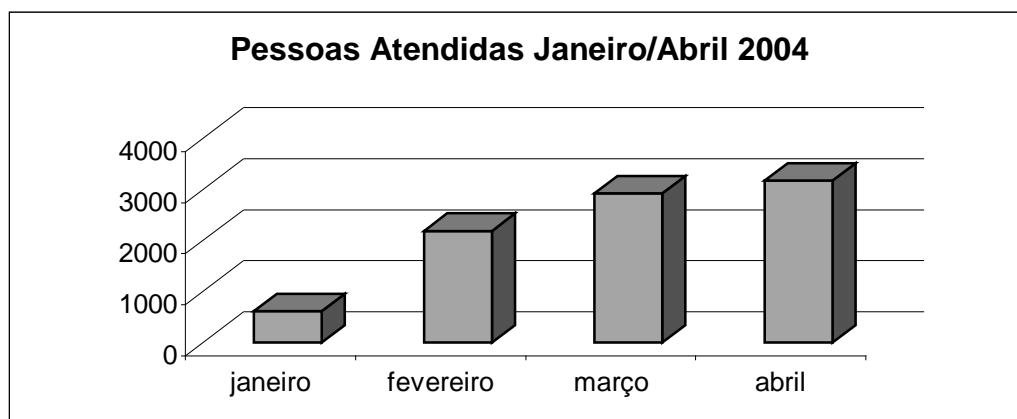
Em Santa Catarina o programa foi implantado em setembro de 2003, com o apoio de apenas seis empresas. Desde então, treze empresas passaram a aderir ao Programa, beneficiando aproximadamente quatro mil pessoas mensalmente dentro das instituições sociais cadastradas. Durante esse período foram arrecadados aproximadamente 44 mil quilos de alimentos, contemplados 189.000 refeições, beneficiando 8.896 pessoas.

As empresas doadoras do Programa Mesa Brasil SESC – SC são: Baía Sul Supermercados, Big – Sonae Distribuidora Brasil, Comércio de Frutas e Verduras União Ltda, Comércio de Frutas Pioneira, Direto do Campo do Aterro da Baía Sul, Franostar Panificadora e Confeitaria Ltda, Giassi Supermercados, Hippo



Supermercados, Mentu's Indústria Alimentos Ltda, Nutrifrios Comercial de Alimentos Ltda, Panificadora Isabella, Supermercado Rosa Ltda, Fundação Nutrir.

Gráfico 01



Fonte: Mesa Brasil – SESC – Colheita Urbana – maio/2004.

As doações recebidas no período de janeiro a abril de 2004 totalizam 22.467.725 Kg. Distribuídas da seguinte forma:

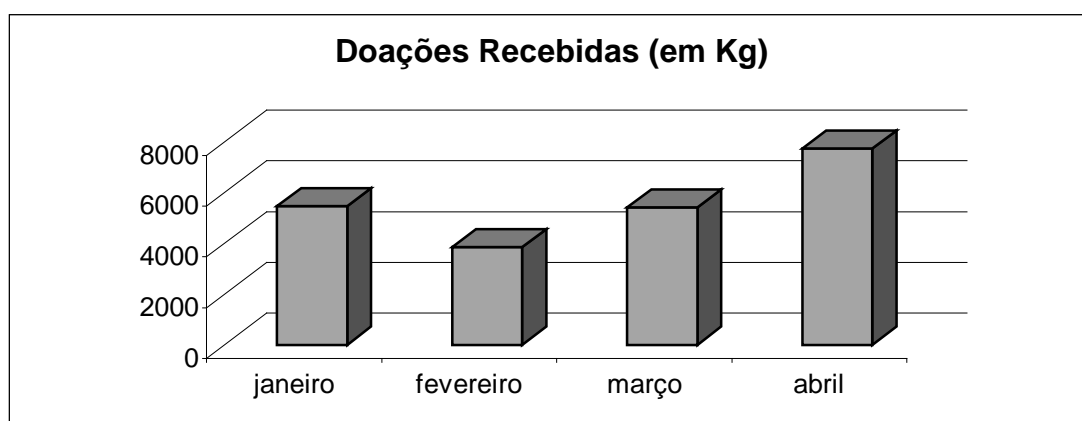
5.461/Kg em janeiro

3.853/Kg em fevereiro

5.412/Kg em março

7.740/Kg em abril.

Gráfico 02



Fonte: Mesa Brasil – SESC – Colheita Urbana – maio/2004.

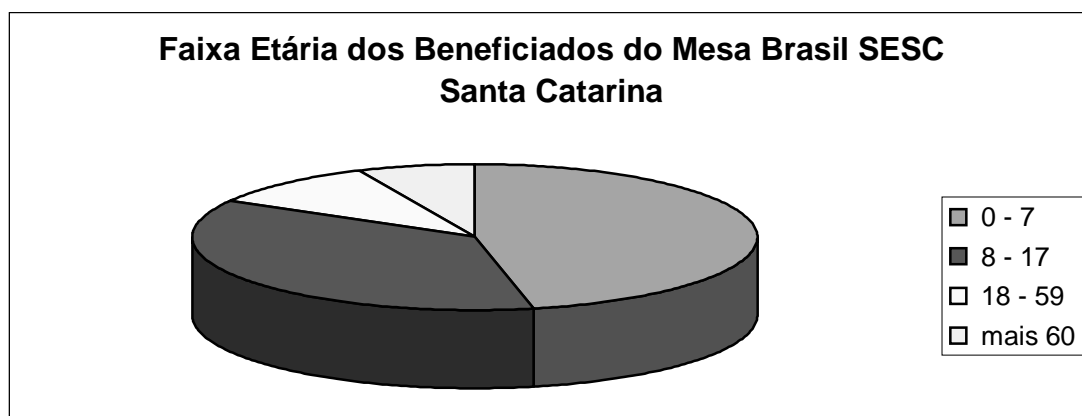
Além da preocupação com as atividades que envolvem arrecadação, distribuição e cursos relacionados com a comunidade, o SESC, através da equipe do Programa Mesa Brasil, está sempre procurando participar de eventos de responsabilidade social como o objetivo de se integrar nas discussões e idéias que envolvem este assunto.

A credibilidade do programa Mesa Brasil SESC-SC está embasada na seriedade e eficiência com que o trabalho é realizado. Por isso, um dos principais objetivos do Programa, é garantir que os alimentos sejam entregues de forma segura às instituições sociais. A faixa etária das pessoas beneficiadas em Santa Catarina varia de zero a sessenta anos.

As instituições sociais cadastradas hoje no Programa Mesa Brasil – SESC – SC são: Ação Social Missão Casa Lar Santa Mônica, APAM Assistência Preventiva de Apóio à Mulher, Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, Associação Catarinense para Integração do Cego ACIC, Associação de Moradores Vila Aparecida, Associação de Pais e Amigos do Monte Moriat, Casa Assistencial Matilde Fraga Corman, Casa da Criança do Morro da Penitenciária, Casa Lar Nossa Senhora do Carmo OSCOPAC Meninas, Casa Lar Nossa Senhora de Fátima, Casa Lar São João da Cruz OSCOPAC Meninos, Casa Lar Vovó Sebastiana, Casa São José, Casas Lares de Palhoça, CEFIS Centro de Apoio à Formação Integral do Ser, CEI Co Elisa Associação Moradores Pachecos, CEUGUIA Centro Educacional da Estrela Guia (Creche do Hildo), Conselho Comunitário COMOSG (moradores do Saco Grande dois), Conselho Comunitário Alto Aririú, Conselho Comunitário Aririú CEI Paraíso do Amor, Conselho Comunitário Aririú da Formiga, Creche Anjo da Guarda (Ação Social de).(Barreiros), Creche Nossa Senhora de Lourdes (Ação Social de

Barreiros), Dom Orione Obras de Assistência Social de Capoeiras, Lar Fabiano de Cristo, Lar Recanto do carinho, Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da esperança, Pastoral da Criança, PROMENOR Irmandade do divino espírito Santo, SEOVE Sociedade Obreiros da Vida Eterna, SERTE – Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação, Sociedade Alfa Gente, Casa da Criança e do Adolescente do Morro da Caixa, Sociedade Alfa Gente CEI Morro da Caixa, Sociedade Alfa Gente CEI Vila Aparecida, Sociedade Amigos da Caeira Vó Inácia, Sociedade Assistência Social e Educacional Bom Samaritano, Sociedade Beneficente de amparo aos Idosos, Lar Osvaldo Olímpio da Silva, Asilo Sr. Doca, Sociedade Espírita de Assistência e promoção Social Tereza de Jesus, Lar dos Velhinhos de Zulma, Sociedade João Paulo II, Seara Espírita Entrepasto da Fé, Associação de Moradores do Monte Cristo, Caixa de Esmolas Indigentes Albergue Noturno

· Gráfico 03



Fonte: Mesa Brasil – SESC – Colheita Urbana – maio/2004.

O programa Mesa Brasil – SESC, tem caráter permanente e as ações vão além da arrecadação e distribuição de alimentos doados. São desenvolvidos, em parceria com o Programa Alimentos Seguros – PAS- e o SENAC, materiais e

capacitações para produção de uma alimentação segura, saudável e saborosa conforme padrões estabelecidos pela vigilância sanitária, bem como para utilização do alimento de forma integral.

As empresas doadoras avisam com antecedência a quantidade e a hora em que os alimentos poderão ser coletados, e uma unidade desloca-se até o estabelecimento para fazer a coleta, hoje estas coletas já são programadas semanalmente.

Toda empresa doadora recebe um recibo no ato da coleta (colheita) dos alimentos. O recibo é um instrumento de credibilidade do Programa, portando deve ser preenchido corretamente, não pode conter rasuras, deve conter as quantidades doadas e as instituições atendidas. Será preenchido pelo motorista, ajudante ou pelo técnico do programa. Todos talões de recibo são registrados pelo técnico do Programa. Nenhuma doação poderá acontecer sem o preenchimento do recibo.

A responsabilidade pelo recebimento e distribuição das doações é do responsável técnico do Programa. Toda e qualquer alteração no roteiro ou na quantidade deverá ser autorizada por ele.

Os motoristas e ajudantes serão responsáveis pela quantidade e qualidade dos produtos que entram e saem do carro. No caso da utilização de carro extra a responsabilidade é do responsável técnico do Programa.

O responsável Técnico determina a quantidade que cada instituição receberá, considerando, público atendido, tipo e quantidade de refeições servidas, capacidade de armazenagem, equipamentos disponíveis. A distribuição será feita de maneira a atender pelo menos uma vez por semana cada uma das instituições cadastradas.

O transporte de alimentos destinados ao consumo humano pode ser refrigerado ou não, e deve garantir a integridade e a qualidade dos produtos, a fim de impedir sua contaminação e deterioração.

O transporte será feito em veículos próprios para alimentos, atendendo às finalidades do Programa. Os veículos para transporte de alimentos devem ter:

- Ter cabine do condutor isolada da parte que contém os alimentos;
- Possuir certificado de vistoria, de acordo com a legislação vigente;
- Transportar somente alimentos;
- Circular com alimento somente o tempo necessário entre o local de doação e o local onde será entregue;
- Usar materiais para proteção e fixação de carga que não constituam fonte de contaminação ou dano para o alimento;
- Estar equipado com estrados e caixas plásticas para o acondicionamento dos alimentos;
- Ser mantido em ótimas condições de limpeza, sendo higienizado sempre que for necessário com o produto recomendado e conforme orientação do técnico do Programa.

Os alimentos devem ser transferidos para as embalagens do Programa, permanecer sob temperatura de segurança durante todo o tempo do transporte.

O uso de caixas de papelão será permitido desde que não haja outro tipo de embalagem, no veículo. Caso isso ocorra, deverão ser colocados dentro de sacos plásticos.

Doações que não são rotineiras oferecidas por um determinado doador só podem ser retiradas com autorização prévia dos técnicos do programa.

### 3.11 Críticas ao Programa Fome Zero

O programa Fome Zero é muito bonito no papel, porém na prática esta beleza ainda não foi demonstrada.

Para resolver a questão da fome no Brasil é preciso que se crie um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, e com isso recuperar o mercado interno, gerando empregos.

Porém o governo até o momento não apresentou nenhuma política de criação de empregos. O projeto aprovado pela câmara intitulado Primeiro Emprego é apenas um paliativo. Porque o incentivo oferecido pelo programa esta tomando outro rumo, algumas empresas demitem funcionários com algum tempo de serviço e admitem jovens dentro da linha do projeto primeiro emprego, beneficiando-se dos incentivos. Com esta ação alguns pais de família perdem seu emprego em virtude do emprego para jovens.

Não que o projeto primeiro emprego esteja errado, porém, deve haver uma fiscalização nas empresas que se beneficiam dele. Observando as demissões futuras como o programa prevê, mas também um histórico das demissões feitas que geraram aquelas vagas.

Como o programa está se limitando a políticas emergenciais ou assistenciais, e ainda não está atuando nas causas estruturais da fome e da miséria, como o desemprego, o baixo nível de renda e a concentração de renda, será mais um plano com políticas assistencialistas perpetuando o problema da fome.

Para se fazer o cálculo do quanto custará o plano, o governo deveria fazer um levantamento, um senso, para saber das necessidades das classes menos privilegiadas, como alimentação, moradia e educação, porque um individuo pode ter

onde morar e passar fome ou ter alimentação e não ter onde morar e muitos não possuem educação.

Dom Mauro Morelli (2003) coloca: *o doador se alimenta com a bondade de seu gesto, sem garantir o pão de cada dia ao faminto. Provoca-se muito mais ansiedade do que saciedade, sem promover o direito básico de cada ser humano ao alimento e à nutrição.*

Na mesma matéria a coordenadora nacional da pastoral da criança, Zilda Arns, afirmou discordar da proposta do governo de condicionar o repasse de verbas a famílias carentes à entrega de Nota Fiscal e recibos. *É impossível controlar toda a gente que seria necessária contratar para fazer este controle. Aconselharia ao programa que, em vez de gastar no controle, se gaste na educação dessas famílias, o que a Pastoral faz no Brasil,* afirmou Zilda.

Para o Presidente da OAB, Roberto Antonio Brusato (2003), o Fome Zero é *bom enquanto slogan, mas até agora não disse a que veio.* Colocou que o que o Brasil precisa é de ações concretas do governo para a redução das desigualdades sociais.

Segundo Lisboa e Couto (2003), o Fome Zero apesar de demarcar que o social é prioritário, está sendo tragado pelo conservadorismo econômico que volta a comandar as ações políticas.

Dos projetos implantados pelo Fome Zero, o Bolsa Família é o mais polêmico. Pois não está havendo controle e as idéias sugeridas são um tanto sem nexo, como a de controlar a frequência dos alunos com cartão eletrônico, num país que em muitos locais não existe energia elétrica.

#### 4. CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi estudar a fome no Brasil sob o enfoque do projeto do governo federal Fome Zero.

Nas leituras feitas foi possível observar que no Brasil a fome não existe por falta de alimentos, mas sim por falta de renda por parte da população para adquiri-los, em quantidade e qualidade adequados. Pois a renda está mal distribuída e uma parcela da população não têm acesso a quantidade mínima de alimentos para garantir a sobrevivência digna.

Existe uma parcela da população que passa fome em decorrência de fortes secas, porém se tivessem uma renda mínima, poderiam adquirir alimentos.

Hoje a fome é observada em várias partes do país. Não existe região que concentre só pobres, na periferia das grandes cidades cresce o número de favelas, onde grande número de favelados vivem em condições precárias, sem condições dignas de sobrevivência, sem condições de alimentar-se adequadamente.

O Programa Fome Zero do governo federal, foi criado para combater a fome nas suas causas estruturais. O programa tem três frentes: conjunto de políticas públicas; construção participativa de sua política nacional de segurança alimentar e nutricional; e um grande mutirão contra a fome, atuando nas três esferas do governo.

O programa Fome Zero quando for aplicado em sua totalidade será muito mais que doação de alimentos: ele procura neutralizar os efeitos da fome, atacando as causas, possibilitando que todas pessoas possam comer dignamente.

Um dos objetivos do programa Fome Zero é aumentar a renda dos trabalhadores na cidade e no campo, através da criação de emprego. Se este



objetivo for atingido, diminuirá a fome de muitos cidadãos e movimentará a economia das regiões beneficiados.

No Brasil, assim como em outros países, é difícil de encontrar o foco da pobreza. No caso da alimentação, a sociedade não tem como garantir igualdade de oportunidades para todos e estabelece-se uma armadilha social.

Abordei a experiência do SESC com seu projeto Mesa Brasil, que é uma ação de solidariedade e de combate a fome, que tem uma proposta nacional, e em Santa Catarina atua na cidade de Florianópolis, com Colheita Urbana.

Colheita Urbana é a coleta de alimentos diariamente nos colaboradores cadastrados, com seleção e distribuição nas entidades cadastradas.

A conclusão que cheguei com este trabalho é que para se fazer justiça social é muito difícil, principalmente num país com tantas desigualdades.

## 5. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (1991). **O que é Fome**. Coleção primeiros passos. 9.ed. São Paulo: brasiliense.

A íntegra do discurso de Lula no lançamento do Fome Zero (2003). <http://revistaepoca.globo.com>

BRANDÃO, Clara Takaki, pág 13, **Alternativas contra a fome**, Polis

BRUSATO, Roberto Antonio (2003), **Novo presidente da OAB critica Fome Zero durante a posse** – folha OnLine Brasil – [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)

BUENO, Ricardo (1985). **Por que faltam alimentos no Brasil? Reforma Agrária, já!**. Petrópolis: Vozes.

CASTRO, Josué (1992) **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Gryphus, 11ª ed.

FRANÇA, Valdo, COSTA, Christiane, **Alternativas contra a fome**, Polis Fome Zero em SC. [www.na.com.br/2003/mar](http://www.na.com.br/2003/mar).

LISBOA, Armando de Melo, COUTO, Ebenézer Pereira (2003). **Segurança Alimentar e Desenvolvimento no Brasil**. Santa Catarina.

Manipulação de Alimentos – [WWW.higienedosalimentos.com.br/entrevista](http://WWW.higienedosalimentos.com.br/entrevista)

Mesa Brasil – SESC – [WWW.sesc.com.br](http://WWW.sesc.com.br)

MEDEIROS, Marcelo (2003), **Os Ricos e a Formulação de Políticas de Combate à Desigualdade e à Pobreza no Brasil**, Ipea, Brasília.(Texto Discussão n 984).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (1985). **Raízes da Fome**. 1.ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Morelli (2003), Dom Mauro critica o Fome Zero. In: Primeira Leitura – 10/01/2003 – [www.primeiraleitura.com.br](http://www.primeiraleitura.com.br)

O Mapa da Fome em Santa Catarina. [www.maurinto.pro.br](http://www.maurinto.pro.br)

Programa Mesa Brasil busca novos parceiros – [WWW.acats.com.br](http://WWW.acats.com.br)

Projeto Fome Fero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania. Outubro, 2003.

SALAMA, P. & Destrmou, B. (1999) **O tamanho da pobreza – Economia política da distribuição de renda**, Rio de Janeiro: Editora Garamond.

TELLES, Vera (1984), pág 8, **Alternativas contra a fome**, Polis

VALENTE, Flavio Luiz Schieck (2002). **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo, ed Cortez.

\_\_\_\_\_. E MENDONÇA, Rosane (1997). **Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza**. Rio de Janeiro: Ipea. (Texto para Discussão, n.528).

**A N E X O**

## DISCURSO DE LANÇAMENTO DO FOME ZERO

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de lançamento oficial do Programa Fome Zero (30/01/2003).

A instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Consea, que hoje realizamos, é mais um passo institucional decisivo de meu governo na luta contra a fome.

Um passo importante, fundamental, que vai permitir a implantação do Programa Fome Zero em todo o Brasil, com a criação dos Conseas estaduais e municipais.

O Consea vem somar-se ao Ministério Extraordinário de segurança Alimentar e Combate à Fome, que tive a iniciativa de instituir no primeiro dia do meu governo.

O programa Fome Zero é complexo. Tão complexo quanto o inimigo que ele se propõe a derrotar.

Ele reúne um conjunto de ações simultâneas que serão desenvolvidas ao longo dos quatro anos de governo. E é composto por medidas emergenciais e por medidas estruturais, permanentes, aquelas que vão resolver em definitivo o problema.

O Fome Zero envolve praticamente todos os ministérios, os governos estaduais, as prefeituras municipais, as entidades da sociedade organizada, as empresas e a população.

Todos terão um papel a desempenhar nesse histórico desafio. E todos, há seu tempo, serão convocados para ajudar nessa guerra.

Hoje estamos dando um grande passo. E sei que até atingirmos nossa meta será uma longa caminhada.

A fome não será vencida da noite para o dia, nem apenas com algumas medidas isoladas do governo.

A vitória contra a fome vai exigir muito esforço, muita persistência, muita coragem e dedicação de todos nós, durante os próximos quatro anos.

Sei que muitos, antes de mim, tentaram enfrentar de algum modo o problema da fome no Brasil. E se não o solucionaram, foi porque essa causa não teve a prioridade que merece nem contou com a indispensável mobilização da sociedade.

A fome não é um problema só do Brasil. Ela é hoje um flagelo mundial que castiga bilhões de seres humanos em todo o planeta. Nós, brasileiros e brasileiras, temos a obrigação de fazer a nossa parte. Mas as nações mais ricas também têm que fazer a parte delas.

Foi por isso que fiz questão de levar a Davos a causa do combate à fome, para incluí-la na agenda dos países e dos empresários mais ricos do mundo.

A luta contra a fome é, na verdade, um passo fundamental para a superação da miséria, da pobreza, da falta de oportunidades e da desigualdade social.

E é por isso que o Fome Zero é mais, muito mais do que um programa de doação de alimentos. Essas doações emergenciais são necessárias, mas todos sabemos que não acabam com o programa.

É preciso não apenas neutralizar os efeitos da fome, mas, sobretudo atacar as suas causas.

Vamos criar as condições para que todas as pessoas no nosso país possam comer decentemente três vezes ao dia, todos os dias, sem precisar de doações de ninguém.

E quando digo comer, não estou falando apenas de encher a barriga. Isso, as famílias do semi-árido nordestino já fazem precariamente há séculos, dando a seus filhos os poucos alimentos que possuem, mas sem o mínimo conteúdo nutricional.

Porque fome é, sim, falta de comida. Mas é também noção ter uma alimentação adequada.

Fome é não poder consumir todas as proteínas, vitaminas, calorias e sais minerais que o nosso corpo e a nossa mente precisam para se desenvolver. Que as nossas crianças precisam para estudar e aprender. Que um adulto precisa para se capacitar e trabalhar.

É por isso que não adianta apenas distribuir comida. Se não atacarmos as causas da fome, ela sempre irá voltar, como já aconteceu outras vezes em nossa história. O Projeto Fome Zero combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar.

Ensinar a pescar é criar empregos nas regiões onde hoje existe fome e pobreza.

Ensinar a pescar significa melhorar as condições de vida da população

Ensinar a pescar é dar ao povo uma educação de qualidade. É saúde digna. É salário e renda.

Ensinar a pescar é fazer a reforma agrária. É incentivar a agricultura familiar. É estimular o cooperativismo, o micro crédito e a alfabetização.

Ensinar a pescar é preparar as pessoas para uma profissão e um emprego. É criar condições para que elas se sustentem sozinhas.

Ensinar a pescar, enfim, é libertar milhões de brasileiros, definitivamente, da humilhação das cestas básicas. É fazer com que todos, absolutamente todos,

possam se alimentar adequadamente sem que para isso precisem da ajuda dos outros.

Outro dia vi na televisão um senhor que catava alimentos no lixo. Ele tinha um pedaço de melancia nas mãos. E quando lhe perguntaram porque estava fazendo aquilo, respondeu *Porque eu tenho fome*. E em seguida, abriu um sorriso e disse: *Mas eu sei que o Lula, lá em Brasília, está pensando em alguma coisa para que eu não tenha mais que catar comida no lixo*.

Esse senhoras e senhores é o tamanho do nosso desafio. E terá de ser também, o tamanho do nosso esforço e do nosso trabalho.

O Brasil não pode mais continuar convivendo com tanta desigualdade.

O povo brasileiro, mesmo com fome, já deu inúmeras provas de seu talento, de sua criatividade, de sua capacidade e de sua tolerância. Minha própria história pessoal é uma prova disso.

Imaginem então a nação que seremos, no dia em que todos os brasileiros puderem fazer três refeições ao dia!

É por isso que insisto: o Fome Zero não deve ser entendido como mais uma campanha temporária e emergencial contra a fome em algumas regiões do país.

Ele é isso também, porque, como dizia o saudoso Betinho, *quem tem fome tem pressa*.

Quero convocar a todos os prefeitos e a todos os governadores, muitos dos quais nos honram com a sua presença, para se engajarem nessa luta.

Sem a participação decidida dos governos estaduais e das prefeituras, será impossível montar a rede de coleta e distribuição de alimentos que os brasileiros de todo o país estão querendo doar.



Sem essa solidariedade espontânea da população, e sem o engajamento de governos estaduais, prefeituras e sociedade organizada, nós não vamos ganhar essa guerra.

Faço aqui um apelo a todos os municípios, a todas as entidades sociais, aos sindicatos, às comunidades religiosas e às associações dos mais diversos tipos: comecem já, hoje ainda se possível, a criar os Conselhos de Segurança Alimentar em suas cidades. Tomem a iniciativa!

Nos Conseas municipais deve acontecer a soma do poder público e da sociedade organizada. Eles têm uma missão decisiva no Fome Zero. São os que vão identificar as famílias necessitadas. São os que vão orientar as entidades que atuarão diretamente junto à população.

São os que vão armar em cada município e em cada bairro, os postos de recepção e distribuição de alimentos. São os que vão zelar para que não aconteçam as velhas e tristes cenas de desvios e desperdícios.

Estou seguro de que temos todas as condições necessárias para virar essa página.

Respira-se no Brasil de hoje um clima de esperança e de orgulho. A sociedade alimentada demonstra sua fome de participar.

É um outro tipo de fome. É fome de dignidade, é fome de saúde, é fome de segurança, é fome de auto-estima.

E todos nós, do governo, dos Conseas, das entidades sociais, das prefeituras e dos governos estaduais, somos responsáveis por manter vivo esse sentimento tão bonito e tão raro de solidariedade geral, de vontade de dar certo.

Do empenho, da seriedade e da organização dos Conseas, vai depender a credibilidade do programa e a continuidade dessa esperança.

Quero aproveitar este ato para agradecer às empresas, entidades, personalidades e às pessoas de todo o Brasil que ligam e escrevem oferecendo apoio e perguntando como podem ajudar.

Num país do tamanho do Brasil, iniciar qualquer campanha de coleta de alimentos é uma verdadeira operação de guerra. E deve ser feita com muito cuidado e planejamento para que todo esse enorme esforço atinja plenamente os objetivos.

Não vamos permitir que o Fome Zero, nesse seu início, venha a ser atropelado por uma avalanche de doações que precisam ser corretamente organizadas.

A partir de agora, todos os senhores e senhoras estão convocados a trabalhar, durante os próximos quatro anos, para acabar de vez com essa vergonha nacional que é a fome.

*Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural – são criações humanas.* Esta frase é de um conterrâneo nosso, pernambucano, médico e geógrafo, que foi o fundador e primeiro presidente da FAO, teve duas indicações ao Nobel da Paz, e morreu de saudades do Brasil, exilado na França, durante o regime autoritário.

Estou falando de Josué de Castro, o autor do clássico *Geografia da Fome*, que há mais de 50 anos interpelou a consciência da humanidade com a exposição dessa tragédia.

Precisamos vencer a fome, a miséria e a exclusão social. Nossa guerra não é para matar ninguém – é para salvar vidas.

Muito Obrigado.